



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ian José Horta Gois da Silva

DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: SOBRE DESENVOLVIMENTOS E  
IDEOLOGIAS

Rio de Janeiro

2022

Ian José Horta Gois da Silva

DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: SOBRE DESENVOLVIMENTOS E  
IDEOLOGIAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Ernesto Winter Hughes León

Rio de Janeiro

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

S586d Silva, Ian José Horta Gois da  
Desindustrialização no Brasil: sobre  
desenvolvimentos e ideologias / Ian José Horta Gois  
da Silva. -- Rio de Janeiro, 2022.  
86 f.

Orientador: Jaime Ernesto Winter Hughes León.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto  
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2022.

1. desindustrialização. 2. industrialização. 3.  
formação nacional. 4. desenvolvimento. 5. ideologia.  
I. León, Jaime Ernesto Winter Hughes, orient. II.  
Título.

IAN JOSE HORTA GOIS DA SILVA

DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: SOBRE DESENVOLVIMENTO E  
IDEOLOGIAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 21/12/2022.

---

JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN - Presidente  
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

---

RICARDO ALBERTO BIELSCHOWSKY  
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

---

PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JÚNIOR  
Doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP

Dedico esse trabalho à Patrícia da Silva Horta, *in memoriam*.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Jaime, pelo trabalho de orientação que já dura dois anos, e pela paciência necessária ao longo de todo esse tempo. Agradeço aos companheiros do LEMA por todas as conversas, reflexões e apoios, em especial à Maria Malta, mas também ao Wilson, à Carla, à Julia, à Gleyse, ao Diego e a todos os outros colegas. Agradeço aos funcionários do IE por estarem presentes no meu dia-a-dia na Universidade, em especial ao pessoal da cantina – sem aquele café, alguns dias seriam perdidos.

Agradeço aos meus colegas do IE, em especial à Ana Peixoto, pela amizade sincera e apoio desde que entrei neste curso, ao Patrick Leonardo, por toda a parceria e as conversas sobre marxismo e economia, e ao João Victor Malheiros, camarada desde engenharia – pero no mucho. Agradeço também ao Jackyson, ao Leo, à Sofia e à Maria. Não posso esquecer, claro, da Delphine, uma querida amiga para a vida toda.

Agradeço aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado. Agradeço ao Patrick Benaion, por me ouvir sempre que precisei e me apoiar em todos os passos dessa minha caminhada (e mesmo antes). Agradeço à Giulia Fahime, por me incentivar a entrar em economia e me acompanhar no meu primeiro dia na Praia Vermelha. À minha prima, Aprille, agradeço pela irmandade desde que nasci. Agradeço ao Arthur, pelas feijoadas de sexta. Um imenso agradecimento, ainda, à Alyssa, minha companheira que, além de todo apoio e carinho, todos os dias me atura e implica comigo, em rodadas de compaixão e parceria pouco vistas mundo afora.

Agradeço à minha família pelo apoio nesta jornada. Em especial, agradeço ao meu avô, José Luiz da Silva, que além de estar ao meu lado, sempre conversamos sobre assuntos relacionados à economia e política. Nossas reflexões sempre me ajudam. Agradeço também à Glória, minha avó; ao Claudio, meu pai; ao Henrique, meu tio; e ao Filipe, meu irmão. Agradeço, ainda, à minha mãe, Patrícia da Silva Horta, *in memoriam*. Nunca fomos próximos, mas a saudade fica – e a vontade de que você pudesse ler isso.

A todas as outras pessoas que, por falha minha, ficaram de fora deste pequeno texto, meu obrigado.

## RESUMO

Este trabalho trata sobre o processo de desindustrialização no Brasil, que ocorre desde os anos 1990 e se mantém até os dias de hoje. Busca-se, aqui, remontar as origens históricas do processo, ou seja, o processo de industrialização dependente – inserido no contexto do capitalismo dependente brasileiro – para explicar o processo de desindustrialização. Para tanto, procura-se entender as influências da ideologia do desenvolvimento na forma como essa industrialização se deu. A partir de extensa revisão bibliográfica, que compõe grande parte do trabalho, utiliza-se a perspectiva da formação nacional para entender estes momentos, donde se percebe a história brasileira enquanto intimamente ligada aos seus processos históricos de formação – heranças colonial, imperial e escravocrata ao presente brasileiro –, e a abordagem das controvérsias, desenvolvida pelo Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) da UFRJ. Conclui-se que a forma brasileira de industrialização não possibilitou uma industrialização autônoma e completa, que pudesse se autossustentar – e que, portanto, era passível de reversão. A ideologia do desenvolvimento, ou a forma que adotou no Brasil, a ideologia do desenvolvimentismo, possibilitou aceitação acrítica do financiamento externo para a industrialização brasileira, visto que entendia que industrialização e desenvolvimento eram intimamente ligados o que viria a intensificar a dependência e a vulnerabilidade externas, que, a partir da introdução do neoliberalismo no final dos anos 1980, efetivou o processo de reversão neocolonial no Brasil e, assim, a desindustrialização brasileira.

**Palavras-chave:** desindustrialização; industrialização; formação nacional; desenvolvimento; ideologia

## ABSTRACT

This academic study deals with the process of deindustrialisation in Brazil, which has occurred since the 1990s and continues until today. It seeks to go back to the historical origins of the process, that is, the process of dependent industrialisation – within the context of Brazilian dependent capitalism – to explain the process of deindustrialisation. To do so, an attempt is made to understand the influences of development ideology in the form this industrialization took place. From an extensive bibliographical review, which constitutes a large part of the work, the perspective of national formation is used to understand these moments, from which Brazilian history is perceived as intimately linked to its historical processes of formation – colonial, imperial and slavery legacies to the Brazilian present –, and the approach of controversies, developed by the Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) of UFRJ. It concludes that the Brazilian form of industrialisation did not make possible an autonomous and complete industrialisation, which could be self-sustaining – and that, therefore, it was passable of reversion. The ideology of development, or the form it adopted in Brazil, the ideology of developmentalism, made possible the uncritical acceptance of external financing for Brazilian industrialization, since it understood that industrialization and development were intimately linked, which, after the introduction of neoliberalism in Brazil in the late 1980s, effected the process of neocolonial reversion, and, therefore, Brazillian deindustrialisation.

**Keywords:** deindustrialisation; industrialisation; national formation; development; ideology.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1. Estrutura industrial brasileira em 1919 e 1939 - distribuição percentual do valor agregado total (setores escolhidos).....	37
Tabela 2.2 Investimento Direto Estrangeiro na América Latina (países selecionados). Milhões de dólares, preços correntes.....	40
Tabela 2.3. Previsões e resultados do Programa de Metas (1957-1961), setores escolhidos, metas físicas.....	41
Tabela 3.1. Saldo do balanço de pagamentos (em US\$ milhões).....	53
Tabela 3.2. Endividamento externo (em US\$ milhões) e composição da dívida externa .....	54
Tabela 3.3. Índice de valor adicionado de diferentes setores .....	66
Tabela 3.4. Taxas de crescimento do PIB total e setorial (%).....	66
Tabela 3.5. Indicadores de desnacionalização, 2002-2010 .....	69
Tabela 3.6. Pauta exportadora brasileira para a China (%) .....	73

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1. Fluxos de investimento direto estrangeiro no país, US\$ milhões em preços correntes.....	47
Gráfico 3.1. Participação da indústria de transformação no emprego e valor adicionado totais, 2000 a 2010 .....	65
Gráfico 3.2. Distribuição do VTI da Indústria de Transformação por Categoria de Uso (%) .	67
Gráfico 3.3. VTI/VBPI da Indústria de Transformação por categoria de uso.....	68
Gráfico 3.4. Coeficiente de insumos industriais importados na indústria de transformação a preços correntes .....	70
Gráfico 3.5. Distribuição do passivo externo brasileiro .....	71
Gráfico 3.6. Participação dos tipos de produtos na pauta exportadora brasileira.....	72
Gráfico 4.1. Participação da indústria de transformação no emprego e valor adicionado totais, 2011 a 2019 .....	76

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGV – Cadeias Globais de Valor  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
CMN – Conselho Monetário Nacional  
COI – Custo das Operações Industriais  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público  
EUA – Estados Unidos da América  
EXIMBANK – Export-Import Bank of the United States  
FED – Federal Reserve System  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDE – Investimento Direto Externo  
IGP-DI – Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna  
ISI – Industrialização por Substituição de Importações  
II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento  
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo  
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PPI – Paridade de Preços de Importação  
SA – Sistema de Acumulação  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito  
TMD – Teoria Marxista da Dependência  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UNIDO – United Nations Industrial Development Organization  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
VBPI – Valor Bruto da Produção Industrial  
VTI – Valor da Transformação Industrial

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>1. A contextualização da problemática: sobre a teoria e a história.....</b>	<b>15</b>
Introdução.....	15
1.1. A problemática do desenvolvimento: sobre a formação e a nação.....	15
1.2. Desenvolvimento(s): sobre significados e controvérsias.....	18
1.3. A prática e a apologia: sobre ideologias e “ismos” .....	23
1.4. (Des)industrialização: sobre versões e reversões .....	29
Considerações finais .....	31
<b>2. O projeto brasileiro: sobre industrializações e dependências .....</b>	<b>33</b>
Introdução.....	33
2.1. Uma história de industrialização: sobre substituições e superações.....	34
2.2. Desenvolvimentos em prática: sobre metas e planos .....	40
2.3. A industrialização e a dependência: sobre ciclos e potências.....	47
Considerações finais .....	50
<b>3. A desindustrialização no Brasil: sobre reversões e continuidades .....</b>	<b>52</b>
Introdução.....	52
3.1. A convenção da estabilidade: sobre neoliberalismos .....	52
3.2. Revisitando o debate: sobre desindustrializações e o Brasil.....	58
3.3. A desindustrialização no Brasil: sobre as rupturas e o solapar.....	64
Considerações finais .....	74
<b>Conclusão ou continuidade? .....</b>	<b>75</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>79</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca, como objetivo geral, investigar em perspectiva histórica o processo de desindustrialização iniciado no Brasil a partir do início dos anos 1990 e que continua até hoje, tendo em vista sua condição de país periférico. A pergunta que norteia esta pesquisa é: o Brasil está de fato passando por um processo de desindustrialização? Se sim, quais as suas origens e causas? Nossa hipótese principal é que a raiz histórica do movimento de desindustrialização no Brasil é sua industrialização dependente e periférica e, por isso, insuficiente para atingir um sistema industrial que atenda às necessidades de autonomia econômica, social e cultural para o país.

Destacaremos a relevância histórica da exaustão de um ideário desenvolvimentista específico que, combinado à introdução do neoliberalismo no Brasil a partir de fins dos anos 1980, teria levado ao processo de desindustrialização. Assim, os objetivos específicos desta pesquisa são: a) determinar o papel da ideologia do desenvolvimento nacional (e do desenvolvimentismo) do século XX no processo de industrialização e, assim, no processo de desindustrialização; b) averiguar a possibilidade histórica de uma industrialização que levasse ao “desenvolvimento”; e c) compreender a influência da desindustrialização na economia brasileira. O período investigado será da década de 1980 até os dias de hoje, para o estudo do processo de desindustrialização, sendo senão necessário também pesquisar o processo de industrialização do país, com recorte entre 1950 e 1980; afinal, como disse Caio Prado Junior:

[...] o Brasil de hoje, apesar de tudo de novo e propriamente contemporâneo que apresenta – inclusive estas suas formas institucionais modernas, mas ainda tão rudimentares quando vistas em profundidade – ainda se acha intimamente entrelaçado com o seu passado. E não pode, por isso, ser entendido senão na perspectiva e à luz desse passado (PRADO JR, [1968] 2021, p. 32).

Desindustrialização é um termo utilizado por diferentes abordagens teóricas para tentar explicar o processo de redução, absoluta ou proporcional – em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) –, do parque industrial de um país, ou a diminuição do emprego industrial na composição total (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999; BONELLI et al, 2013; VERGNHANINI; ONODA, 2022), principalmente da indústria da transformação.<sup>1</sup> Entendemos que este processo existe no Brasil, e que se iniciou nos anos 1990, com a guinada neoliberal do governo de Fernando Collor de Mello, eleito em 1990; foi intensificado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que durou de 1995 a 2002, e nos governos posteriores, de Lula da Silva e Dilma

---

<sup>1</sup> Quando se mencionar indústria, neste trabalho, deve-se entender como indústria da transformação, isto é, aquele setor no qual há transformação de matéria-prima em produto final ou produto intermediário.

Rousseff, que governaram de 2003 a 2015; e também no período pós-golpe jurídico-parlamentar, sob os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Contextua-se, também, o neoliberalismo, que segundo Araujo & Gentil (2021), toma forma mais acabada com políticas macroeconômicas de austeridade fiscal, austeridade monetária e flexibilização do regime cambial.

O método de pesquisa combinará uma investigação totalizante a partir de uma revisão crítica da histórica econômica e da crítica da economia política do período investigado a partir de uma perspectiva dialética-materialista, centrada na montagem de algumas controvérsias possíveis entre autores que pesquisam os temas supracitados. Deste modo, realizaremos uma exaustiva revisão bibliográfica tanto da temática do desenvolvimento e do desenvolvimentismo, quanto da industrialização e da desindustrialização no país. Um dos instrumentos que utilizaremos para melhor entender estes processos é a noção de “modernização” dos padrões de consumo, de Furtado (1974).

Será adotada a abordagem das controvérsias, desenvolvida pelo Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que analisa a

[...] história do pensamento econômico por meio da valorização da influência que o movimento histórico real e concreto estabelece sobre as ideias, evidenciando os debates que levam aos movimentos de ruptura teórica e a processualidade da transformação do pensamento, que pode manter vivas abordagens divergentes para as questões econômicas, sem gerar uma síntese única, ainda que gerando interpretações hegemônicas, estabelecendo a noção de ‘controvérsia’. (CURTY; MALTA, 2022, p. 42).

Sem pretender exaurir as diversas abordagens sobre a temática, decidiu-se utilizar, neste trabalho, para o entendimento a respeito dos processos de industrialização e desindustrialização, a perspectiva da formação nacional<sup>2</sup>, a partir das contribuições de Sampaio Jr. (1999a, 1999b), Espósito (2016, 2019) e Hadler (2019), que por sua vez se inspiraram em Furtado, Caio Prado Jr e Florestan Fernandes. Esta visão busca entender o Brasil contemporâneo com base na forma em que se articularam (e ainda se articulam) as dinâmicas do processo de sua formação, tanto enquanto uma colônia cujo objetivo era servir de entreposto comercial – o sentido da colonização, na palavras de Caio Prado Junior (1981) –, um império escravocrata ou uma república segregada internamente, a partir do processo de desenvolvimento de um capitalismo que se integrava de maneira periférica e dependente no mercado mundial, além das heranças e anacronismos econômico-sociais disso provenientes. Segundo León (2019),

---

<sup>2</sup> Certamente, esta não é a única concepção de industrialização. A perspectiva que teve mais força ideológica na América Latina foi aquela formulada pela Cepal, com autores como Fajnzylber ([1990] 2000), Prebisch ([1949] 2000) e Tavares ([1964] 2000) – e a perspectiva da formação nacional é crítica a essas propostas.

O pressuposto é que a revolução burguesa periférica no Brasil, assim como no restante da América Latina, conformou o capitalismo dependente [...]. Tal variedade de capitalismo tem como característica própria a “dupla articulação” entre segregação social (e do estilo de dominação que ela pressupõe) e a dependência ao capital internacional (ditada pelas potências hegemônicas e pela relação das comunidades nacionais e o “mundo internacional dos negócios”) que produzem o subdesenvolvimento e a dependência indefinidamente como barreiras que impedem o controle dos meios e dos fins da mudança social de forma autônoma por parte do povo. (LEÓN, 2019, p. 93).

O papel que a ideologia do desenvolvimento teve no processo histórico brasileiro do século XX é fundamental para se apreender em sua totalidade as problemáticas da industrialização e desindustrialização no país. De acordo com Prado (2020), a ideologia do desenvolvimento (capitalista) toma este tanto como um processo histórico específico, quanto como um projeto político determinado e também como horizonte utópico; sua origem “[...] se situa no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, em particular com a Guerra Fria [...] como parte da construção da hegemonia do próprio capitalismo frente ao socialismo.” (PRADO, 2020, p. 83), e esta ideologia se instalaria no Brasil a partir da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) (PRADO, 2020).

Este trabalho está dividido em três capítulos, além da conclusão. O primeiro capítulo tratará de maneira mais detalhada, histórica e teoricamente, os conceitos e categorias que serão trabalhados, além de introduzir debates sobre o tema. Assim, discutiremos mais a fundo o significado de desindustrialização, neoliberalismo, desenvolvimento e ideologia do desenvolvimento. O segundo capítulo trará uma recapitulação objetiva da industrialização brasileira entre os anos 1950 e 1980, com foco em como articula-se com a ideologia do desenvolvimento e seus momentos decisivos para se configurar enquanto dependente e passível de reversão. O terceiro capítulo, enfim, debaterá sobre a desindustrialização em si, especificando dados, interpretações e controvérsias, e entendendo o papel deste processo na nova articulação do capital em escala global.

# **1. A CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA: SOBRE A TEORIA E A HISTÓRIA**

## **INTRODUÇÃO**

Para se realizar uma reflexão séria sobre o processo de desindustrialização, em nossa visão, é necessário discutir algumas temáticas prévias. Afinal, a desindustrialização não surge do ar: ela pressupõe um processo de industrialização, que é específico de cada conjuntura nacional; processo este que costuma ser discutido a partir do viés do desenvolvimento; cujo aporte teórico se apoia em uma ideologia que o justifica e o norteia; e as discussões acerca da desindustrialização costumam trazer, em plano de fundo, a questão da ascensão das teorias e práticas políticas próprias do neoliberalismo como forma de explicar o processo. Deste modo, este capítulo visa detalhar a perspectiva da formação nacional, basilar das interpretações deste trabalho, além de revisar objetivamente os temas de desindustrialização, desenvolvimento, desenvolvimentismo e neoliberalismo, de forma a clarificar a forma como a desindustrialização, suas causas e suas consequências serão discutidas neste trabalho. Trabalharemos, neste capítulo, no sentido de entender a problemática do desenvolvimento, passando pela forma que a ideologia do desenvolvimento adotou no Brasil, isto é, a ideologia do desenvolvimentismo, para localizar o processo de industrialização do Brasil e, enfim, discutir a desindustrialização enquanto categoria.

### **1.1. A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO: SOBRE A FORMAÇÃO E A NAÇÃO**

A perspectiva da formação nacional busca entender o Brasil contemporâneo com base na forma em que se articularam (e ainda se articulam) as dinâmicas do processo de sua formação, tanto enquanto uma colônia cujo objetivo era servir de entreposto comercial – o sentido da colonização, nas palavras de Caio Prado Junior (1981) –, quanto como um império escravocrata ou uma república segregada internamente, a partir do processo de desenvolvimento de um capitalismo que se integrava de maneira periférica e dependente no mercado mundial.

Seguindo um visão inspirada em Prado Junior, Campos (2020) sustenta a ideia de que foi o objetivo mercantil que guiou a formação colonial brasileira a partir de um espaço



comercial voltado para fora, isto é, a metrópole portuguesa, gerando e internalizando a segregação social e a dependência externa que até hoje o Brasil possui dentro de suas entranhas. Escravização de populações africanas e genocídio de povos indígenas fizeram parte da história brasileira, e a herança maldita deste período ainda perdura. Busca-se, assim, colocar luz nos legados e anacronismos econômico-sociais daí provenientes.<sup>3</sup> A superação desse passado de forma a construir um futuro era o que guiava o pensamento crítico brasileiro, para desta forma refletir sobre a possibilidade de uma nação que atendesse aos plenos desígnios de um povo fragmentado (HADLER, 2022; SAMPAIO JR., 1999a). Afinal, “é sobretudo em nosso passado que se há de buscar a informação necessária para a proposição adequada e a solução acertada dos problemas atuais” (PRADO JR, [1968] 2021). Nas palavras de Sampaio Jr. (1999a),

As interpretações sobre a formação do Brasil contemporâneo procuram explicar as contradições que bloqueiam a plena integração de nossa nação na civilização ocidental. Trata-se de identificar de que maneira a herança colonial e a posição subalterna no sistema capitalista mundial comprometem a capacidade dos brasileiros de governar o seu destino. O problema consubstancia-se na necessidade de assegurar a continuidade de processos históricos responsáveis pela consolidação das bases materiais, sociais, espaciais, políticas e culturais do Estado nacional. (SAMPAIO JR., 1999a, p. 415).

Na perspectiva da formação nacional, “a nação não aparece como uma finalidade, definida teleologicamente, ou como uma utopia a ser construída – ela aparece como uma necessidade, inscrita no processo histórico e na dialética dos fatos concretos da realidade brasileira, como um *possível* vir a ser.” (HADLER, 2019, p. 49; itálicos nossos). A formação do Estado nacional brasileiro e o desenvolvimento capitalista, conjuntamente à sociedade de classes – que é pressuposto do Estado e do capitalismo –, estariam intrinsecamente ligados à manutenção de fatores basilares da colônia brasileira, como “estruturas econômicas [...] e uma ordem social tipicamente coloniais, que reproduzem as bases de uma situação de dependência externa e de uma sociedade marcada pela segregação social” (HADLER, 2019, p. 51). Pode-se enxergar, ainda hoje, as estruturas fundiárias extremamente concentradas, uma enorme massa de trabalhadores rurais sem possibilidade de possuir sua própria terra, além de uma divisão urbana explicitamente racializada, onde os negros ocupam majoritariamente as periferias e as margens das cidades, desde favelas ao subúrbio. Nas palavras de Hadler (2019):

É a contradição entre as necessidades crescentes de um Estado, de uma sociedade nacional e de um mercado interno em formação, por um lado, e a debilidade e estreiteza e uma economia de tipo colonial, das permanências e heranças do passado colonial, do escravismo e da posição subalterna no sistema capitalista, por outro, que

---

<sup>3</sup> Não se busca, aqui, encerrar a discussão sobre essa perspectiva, que abarcou diversos intelectuais e pensadores brasileiros de diferentes matrizes teóricas. Podem-se citar, próximos da visão teórica que abarca este trabalho, Ianni (1984) e Sampaio Jr. (2012).

impulsionam o processo de formação do Brasil contemporâneo. (HADLER, 2019, pp. 53-54).

[...]

O desenvolvimento era assim condicionado à solução dos principais problemas que afligiam a grande maioria da população, cujas causas principais eram identificadas na condição secular de dependência e anacronismos sociais. E a compreensão para os dilemas do presente – para os problemas de uma nação que lutava para se constituir, para tomar forma e se definir, se autoafirmar – era buscada, pelos grandes intérpretes do Brasil, no passado, nas origens coloniais e escravistas da formação social brasileira, e na análise da conjuntura à luz dessa história (HADLER, 2019, p. 60).

É nesse sentido que é imperativo estudar a história da sociedade brasileira para plenamente se entender o presente e se ter a pretensão de refletir e construir o futuro; uma sociedade onde o passado e o presente estão intimamente ligados. Em outras palavras,

[...] o Brasil de hoje, apesar de tudo de novo e propriamente contemporâneo que apresenta – inclusive estas suas formas institucionais modernas, mas ainda tão rudimentares quando vistas em profundidade – ainda se acha intimamente entrelaçado com o seu passado. E não pode, por isso, ser entendido senão na perspectiva e à luz desse passado. (PRADO JR, [1968] 2021, p. 32).

A problemática do desenvolvimento, assim, torna-se alvo de inquéritos e reflexões por parte da intelectualidade brasileira, no século XX, como formas de se pensar a superação dos anacronismos e heranças escravistas e coloniais, das desigualdades sociais e de um sistema econômico frágil e dependente. Esta questão está no cerne da transição do “Brasil colônia” de ontem ao “Brasil Nação” de amanhã, como diria Caio Prado Junior ([1966] 1987). Aqui está em voga a perspectiva de autonomia de um país, e mais, da criação de uma nação que tenha controle de seu próprio destino. A industrialização poderia ser um dos meios de atingir desenvolver o país. A industrialização, a partir da perspectiva da formação nacional, dar-se-ia pela

constituição de um sistema industrial integrado e que tem no mercado interno o eixo dinâmico da economia. Refere-se a um processo que apresenta um comando nacional que permita atrelar o desenvolvimento industrial aos desígnios nacionais, possibilitando ter uma autonomia relativa frente ao sistema internacional e suprir as necessidades básicas de sua população. São faces interdependentes, que se não forem trilhadas em conjunto, enveredam a industrialização para a saturação, tornando-a suscetível a processos de reversão (ESPÓSITO, 2019, p. 153).

Segundo Sampaio Jr. (1999b, p. 64): “[o] grande desafio do desenvolvimento capitalista consiste em subordinar o processo de acumulação aos desígnios da sociedade”. No entanto, o autor atenta que, para entender o desenvolvimento de um país, não se pode esquecer como este está inserido na dinâmica econômica global (SAMPAIO JR, 1999b). Aqueles que pensam na

questão do desenvolvimento muitas vezes entendem o Estado como o ente que pode domar o capitalismo de forma a atender às necessidades sociais e coletivas. (SAMPAIO JR, 1999b).

Sampaio Jr. se utiliza do arcabouço teórico de Florestan Fernandes para avançar sobre a problemática do desenvolvimento. É assim, portanto, que ele diz que Fernandes busca explicitar o que conecta “o regime de classes ao desenvolvimento capitalista”, e “tais nexos condicionam o sentido do desenvolvimento capitalista. (SAMPAIO JR., 1999b, p. 70). Citando Florestan Fernandes, não

[...] é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilização variável, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações históricos-sociais e as probabilidades que eles encontram de varar o plano das determinações estruturais e de se converterem em fatores da história. (FERNANDES, 1975, apud SAMPAIO JR., 1999b, p. 70).

É a partir destas discussões que se mostra fundamental entender o que é desenvolvimento. Esta palavra tão comum nas discussões econômicas pode guardar significados amplos a depender de quem a utiliza e do contexto em que se insere. Afinal, como Caio Prado Jr. ([1968] 2021) reitera, o desenvolvimento (e o crescimento) econômicos são historicamente definidos. Seu significado e suas discussões, portanto, também devem ser historicamente definidos, a fim de melhor apreender as reflexões aqui propostas. É isso que o próximo item se propõe a pincelar.

## 1.2. DESENVOLVIMENTO(S): SOBRE SIGNIFICADOS E CONTROVÉRSIAS

Desenvolvimento é um termo amplamente usado não apenas nas ciências econômicas, mas em todo o âmbito das ciências sociais, e com as mais variadas caracterizações. Desenvolvimento econômico, social, cultural, científico, tecnológico, e por aí vai. Urge, portanto, a necessidade de defini-lo e caracterizá-lo, envolvendo os debates e as disputas sobre o termo, para melhor qualificar o debate e avançar mais a fundo na discussão que aqui está proposta.

A noção de desenvolvimento pode ser um pouco vaga. Segundo Bielschowsky & Mussi (2013, p. 138), desenvolvimento econômico significa “crescimento com transformação estrutural, portadores de aumento de produtividade do trabalho”. Também segundo Cano (2012),

[d]esenvolvimento é o resultado de um longo processo de crescimento econômico, com elevado aumento da produtividade média, sem o qual o excedente não cresce o bastante para acelerar a taxa de investimento e diversificar a estrutura produtiva e do emprego. Esse processo intensifica a industrialização e urbanização para transformar de maneira progressista as estruturas sociais e políticas do país (CANO, 2012, p. 2).

Estes autores, de uma vertente próxima do estruturalismo cepalino, buscam categorizar o desenvolvimento a partir do crescimento econômico, de forma geral, mas atentando ao aumento da produtividade do trabalho, a modificações da estrutura produtiva e à qualidade do emprego, de maneira particular. A industrialização seria um dos instrumentos pelo qual se realizaria este processo de desenvolvimento. Dentro da própria CEPAL, autores como Sunkel & Paz (1974) entendem o desenvolvimento e o subdesenvolvimento enquanto estruturas interdependentes dentro de um sistema global, onde a estrutura desenvolvida possui o crescimento endogenizado – e por isso se torna dominante – e a estrutura subdesenvolvida se torna dependente.

Por outro lado, segundo Sampaio Jr. (1999b, p. 64), “[o] grande desafio do desenvolvimento capitalista consiste em subordinar o processo de acumulação aos desígnios da sociedade”. Recuperando Celso Furtado, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr., o autor retoma a ideia do subdesenvolvimento brasileiro, e de uma perspectiva crítica ao desenvolvimento capitalista busca entender, para parafrasear o subtítulo de sua obra, os dilemas que o capitalismo periférico e dependente brasileiro vive, dentro de seu processo de busca por uma ruptura de seu passado colonial. Furtado (2000) propõe um conceito de desenvolvimento que não ignora o papel das inovações e da criatividade, transpondo o mero acúmulo de forças produtivas como explicação. Ainda segundo Furtado, o subdesenvolvimento é não uma fase, mas uma formação socioeconômica própria que se insere em um sistema capitalista mundial cujas difusões de progressos técnicos entre os espaços nacionais é assim assimétrica (SAMPAIO JR, 1999b). Em uma crítica às noções usuais de desenvolvimento econômico, Furtado diz que essas visões, ao pensar a partir do centro do capitalismo, não conseguem “captar as peculiaridades de um país de dimensões continentais com segmentos formados em épocas e condições históricas distintas” (FURTADO, 1992, p. 11-12). Desta forma, para realizar o debate a partir da questão dependência e da inserção brasileira no capitalismo global, o Sampaio Jr. diz que

a posição subalterna na economia mundial e a falta de controle social sobre o processo de acumulação comprometem as propriedades construtivas do capitalismo como motor do desenvolvimento das forças produtivas e exacerbam suas características anti-sociais, antinacionais e antidemocráticas. (SAMPAIO JR, 1999b, p. 90).

Dessa forma, para o autor, o desenvolvimento capitalista no Brasil tem limites históricos e sociais importantes. A dependência externa e a segregação interna, entendida como dupla

articulação por Florestan Fernandes ([1974] 2020), e o subdesenvolvimento, nas palavras de Sampaio Jr (1999b), estariam indissociados do desenvolvimento capitalista no país, desenvolvimento este ligado ao padrão imperialista de acumulação e dominação referente à característica que o capitalismo intensificara no século passado, isto é, o capital financeiro enquanto agente de dominação político-econômica. A revolução burguesa<sup>4</sup> no Brasil teria, deste modo, enquanto desenvolvimento e integração nacional fossem compatíveis (SAMPAIO JR, 1999b, p. 214), uma função progressista e construtiva no cenário da dinâmica nacional. Por outro lado, os atores internos deste processo, no caso a própria burguesia, podem preferir uma associação ao capital transnacional, o que as levaria a abandonar tal perspectiva progressista e encerrar este processo revolucionário. No período de guerra fria, foi precisamente o que ocorreu no caso brasileiro (FERNANDES, [1974] 2020).

Um interessante debate sobre o uso do conceito de “subdesenvolvimento” se encontra em Oliveira (2018). O autor aqui discute em perspectiva crítica a ideia do dualismo na economia brasileira, bastante divulgada a partir do pensamento cepalino. Chico de Oliveira defende que não existem um setor “atrasado” (agrícola) e um setor “moderno” (industrial) na economia, mas que ambos são setores que reproduzem o capitalismo brasileiro na forma que este adotou, e fazem parte da dinâmica de desenvolvimento capitalista no Brasil. A ideia de subdesenvolvimento, portanto, entendida a partir destes dois setores antagônicos, seria uma definição equivocada. Ainda, de forma crítica à maior parte dos dependentistas<sup>5</sup>, chama atenção ao fato de que “antes da oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas” (OLIVEIRA, 2018, p. 33). Desse modo, e pincelando a questão ideológica que será trabalhada mais à frente, Francisco de Oliveira dirá que “[a] teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado

---

<sup>4</sup> “Na concepção de Florestan Fernandes, a revolução burguesa é um processo histórico pelo qual se constituem as estruturas e os dinamismo econômicos, socioculturais e políticos necessários à reprodução e à expansão do capitalismo dentro de um espaço nacional. Portanto, cabem à revolução burguesa duas tarefas fundamentais. De um lado, é necessário superar os obstáculos que impedem a penetração e o funcionamento do capitalismo em bases nacionais. De outro, o processo de constituição de estruturas estatais deve criar condições para que as classes sociais se identifiquem positivamente com o regime burguês, condição indispensável para a sua afirmação como sistema econômico e social dominante. Nas sociedades emergentes que ainda não completaram o ciclo de consolidação de seu Estado nacional, tal processo significa: criar os requisitos materiais, socioculturais e morais indispensáveis para que a sociedade tenha acesso às estruturas e dinamismo econômicos de seu contexto civilizatório. O desafio consiste em universalizar a ordem social competitiva em todo o território nacional, consolidar a internalização de forças produtivas tipicamente capitalista e cristalizar um padrão de dominação totalmente subordinado aos interesses da burguesia industrial. (SAMPAIO JR, 1999b, p. 156-157).

<sup>5</sup> Refere-se, aqui, aos autores que utilizam, principalmente, a ótica da dependência para refletir sobre os países periféricos. No Brasil, há duas principais correntes, a de FHC (CARDOSO; FALETTO, 1984) – chamada de Teoria Weberiana da Dependência – e a de Ruy Mauro Marini (MARINI, 1990), Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra (BAMBIRRA, 1978) – conhecida como Teoria Marxista da Dependência (TMD). Florestan Fernandes e Celso Furtado – por exemplo - são, em algumas interpretações, entendidos também como dependentistas.

período populista; se ela hoje não cumpre esse papel, é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara” (OLIVEIRA, 2018, p. 34). Com perspectivas de planejamento, industrialização e superação do subdesenvolvimento, esta teoria, na visão do autor, teria cumprido um importante papel ideológico para a assimilação do ciclo desenvolvimentista enquanto ideologia.

A partir de uma visão marxista, Bonente (2014) explica a categoria desenvolvimento com base na reflexão de Lukács (1979). Segundo a autora, Lukács entendia que Marx utilizava a palavra “desenvolvimento” como “o aumento *objetivo* da complexidade como elemento regulador da dinâmica de funcionamento de objetos estruturados ao longo do tempo” (BONENTE, 2014, p. 277; itálicos da autora). Em outras palavras refere-se às propriedades dinâmicas de funcionamento do objeto examinado e a forma como relacionam-se entre si. O desenvolvimento do objeto de estudo, assim, seria um crescimento da sociabilidade, tanto em sentido extensivo (quantidade de componentes sociais que mediam a vida em sociedade) quanto em sentido intensivo (maior complexidade destes componentes) (BONENTE, 2014). Segundo Medeiros (2013), “uma dada estrutura (totalidade) é objetivamente superior, ou mais desenvolvida, do que outra estrutura da mesma espécie caso seja constituída por um maior número de componentes específicos, ou pelo mesmo número de componentes mais complexos (MEDEIROS, 2013, p. 277). Nesta lógica, o desenvolvimento capitalista seria o desenvolvimento das

leis que emanam da organização própria da economia regida pelo capital em sentido extensivo (i.e., para uma porção mais ampla do globo [...]) e/ou intensivo (comandando momentos mais amplos da convivência social, como a atividade artística, esportiva, relações afetivas etc.). (BONENTE, 2014, p. 278).

No entanto, segundo a autora, o desenvolvimento, dentro da ciência econômica, convencionalmente significa uma transição do pior para o melhor (BONENTE, 2014). Para Bonente, falar em desenvolvimento, na teoria econômica, “envolve, necessariamente, um juízo sobre condições pretéritas, presentes ou futuras, realizado com base em determinados critérios pré-estabelecidos (produto *per capita*, expectativa de vida, nível de escolaridade etc.)” (BONENTE, 2014, p. 275). Ainda, a autora é categórica em afirmar que as teorias do desenvolvimento surgidas na década de 1950 são teorias do desenvolvimento *capitalista*, visto que seu horizonte é o capitalismo, e tomam o capitalismo como parte inalienável do futuro da humanidade.

A crítica ao capitalismo por parte das teorias do desenvolvimento seria, deste modo, uma crítica *positiva*, isto é, “que critica o que existe com base no que também existe – aponta

em última análise para outra variação da formação social capitalista existente” (POSTONE, 2014, p. 84). O objetivo de Bonente é, portanto, construir uma crítica negativa<sup>6</sup> do desenvolvimento capitalista, ou seja, que “não é desenvolvida com base no que é, mas no que poderia ser, como um potencial imanente da sociedade existente.” (POSTONE, 2014, p. 111). Assim,

estudar o desenvolvimento capitalista, desde uma perspectiva marxista, significa (1) ter consciência da processualidade que caracteriza esse sistema, (2) apreender as leis gerais de movimento da sociedade em geral e em forma especificamente capitalista e (3) conhecer as condições concretas de manifestação de tais leis.” (BONENTE, 2014 p. 279).

As teorias do desenvolvimento, criticadas a partir de uma perspectiva ontológica pela autora, preocupam-se com o não-desenvolvimento, ou com sua falta, entendida como subdesenvolvimento, ou desenvolvimento inferior. Este debate tomava desenvolvimento como aumento de riqueza a partir de índices como renda *per capita*. O subdesenvolvimento acometeria países, deste modo, com baixa renda *per capita*. No período de ascensão das teorias do desenvolvimento, a forma com a qual se alcançava o tal desenvolvimento seria através de um processo de industrialização que, ao não chegar “naturalmente” para os países em questão, precisava ser debatido e pensado. Assim, “tratava-se de transformar o *progresso presumidamente automático* que caracteriza esta sociedade num *projeto presumidamente dirigido* – pelo Estado.” (BONENTE, 2014, p. 281).

O desenvolvimento, em sua formulação mais convencional, portanto, precisa ser categorizado a partir de critérios e parâmetros observáveis para tentar quantificar e comparar diferentes países em diferentes momentos da história, de forma a hierarquizar sociedades. Há um juízo sobre seu conceito: ele é bom, deve ser perseguido; o não-desenvolvimento é ruim. Mas deve-se ter sempre em mente o tipo de desenvolvimento que se entende: desenvolvimento capitalista. Segundo Bonente, “as teorias não apenas naturalizam processos históricos altamente complexos, não apenas se apresentam como instrumentos a serviço dessa história

---

<sup>6</sup> “Ao formular uma crítica do trabalho no capitalismo com base na análise marxiana da especificidade histórica do trabalho, Marx transformou a natureza da crítica social baseada na teoria do valor-trabalho de “positiva” para “negativa”. A crítica do capitalismo que retém o ponto de partida da economia clássica — uma noção indiferenciada e trans-histórica de “trabalho” — e o usa para provar a existência estrutural da exploração é, em termos da sua forma, uma crítica positiva. Essa crítica das condições (exploração) e estruturas (mercado e propriedade privada) sociais existentes é conduzida com base no que também já existe (“trabalho” na forma da produção industrial). [...] Uma crítica positiva - que critica o que existe com base no que também existe - aponta em última análise para outra variação da formação social capitalista existente. Veremos como a crítica marxiana do trabalho no capitalismo oferece a base de uma crítica “negativa” - que critica o que está com base no que poderia ser - que aponta a possibilidade de outra formação social. Nesse sentido (e só nesse sentido redutivo não sociológico), a diferença entre as duas formas de crítica social é a que existe entre uma crítica “burguesa” da sociedade e uma crítica da sociedade burguesa.” (POSTONE, 2014, p. 84-85).

‘naturalizada’”, mas existem “*objetivamente* como formas de consciência indispensáveis à sua reprodução. Comparecem, portanto, como a ciência *deste* desenvolvimento” (BONENTE, 2014, p. 284; itálicos da autora).

Com a chegada dos anos 1970 e o fim da Era de Ouro do capitalismo, essas teorias entram em crise. Passa-se a questionar a possibilidade de superação do subdesenvolvimento (FURTADO, 1974) e da convergência entre os países, como era o caso do Modelo de Solow (1956). A própria noção de desenvolvimento é posta em xeque, e cresce a perspectiva de que desenvolvimento não é meramente crescimento do produto ou de um setor industrial em abstrato – o neoliberalismo, que se intensifica neste período, defende que o crescimento deve ser puxado pelo setor privado e que deve haver “responsabilidade fiscal” para o crescimento se converter em desenvolvimento.

Neste trabalho, pensaremos o desenvolvimento a partir da perspectiva marxista, conforme apresentada por Bonente, para explicar nosso entendimento dos processos de industrialização e desindustrialização brasileiros, aliada à noção de desenvolvimento enquanto momento fundamental da formação nacional. No entanto, para discutir a ideologia do desenvolvimento e seu papel no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, voltaremos à percepção do desenvolvimento enquanto “passagem do pior para o melhor”, e destacaremos a forma que esta ideologia adotou no Brasil, isto é, a ideologia do desenvolvimentismo.

### 1.3. A PRÁTICA E A APOLOGIA: SOBRE IDEOLOGIAS E “ISMOS”

O papel que a ideologia do desenvolvimento teve no processo histórico brasileiro do século XX é fundamental para se buscar apreender a totalidade das problemáticas da industrialização e desindustrialização no país. A articulação entre ideologia e o movimento material é de extrema relevância para se entender os caminhos adotados no país, pensando também em suas origens e resultados históricos.

A definição de ideologia não é precisa e é campo de disputa entre aqueles que se propõem a pensar sobre o papel das ideias no desenvolvimento do pensamento e nas práticas de uma sociedade. Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, dizem que

toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas



ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. (MARX; ENGELS, [1932] 2007).

Precisamente, a consciência, que na transição de exteriorização, universaliza-se, torna-se ideologia. Segundo Prado (2020), pode-se entender a ideologia em um sentido positivo, ou seja, “ideologia como uma visão social de mundo que se expressa em um ideário ligado a determinada classe social” (PRADO, 2020, p. 62). O autor, no entanto, problematiza esta definição ao acusá-la de não enxergar ideologia enquanto “um mecanismo de justificação, velamento e naturalização do sistema de dominação” (PRADO, 2020, p. 62-63). Outro sentido, este utilizado por Prado (2020), seria seu sentido negativo:

[...] um campo de ação mental encarregado de preservar os valores da classe opressora [...] um sistema de valores, crenças e representações autogeradas necessariamente nas sociedades em *cuja estrutura existam relações de exploração* [...] com a finalidade de justificar idealmente sua própria estrutura material de exploração, consagrando-a na mente dos homens como uma ordem “natural” ou inevitável, ou, filosoficamente falando, como uma “nota essencial” ou *quidditas* do ser humano (SILVA, 1979, apud PRADO, 2020, p. 64; itálicos do autor).

No final do século XIX e ao longo do século XX tivemos duas poderosas ideologias para legitimar o capitalismo: a ideologia do progresso e a ideologia do desenvolvimento. A ideologia do progresso buscava justificar a modernização capitalista, de forma pensar no progresso que tal modernização acarretaria no futuro; essa ideologia buscava manter certa solidariedade por uma causa comum entre classes sociais conflitantes (FURTADO, 1978)<sup>7</sup>. Já a ideologia do desenvolvimento “serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência” (FURTADO, 1978, p. 76). É a partir dessa visão que passa a se concretizar uma industrialização dependente, como no caso do Brasil (FURTADO, 1978). À diferença da ideologia do progresso, a ideologia do desenvolvimento era mais economicista, e se fundava no quadro da dependência (FURTADO, 1978).

De acordo com Prado (2020), a ideologia do desenvolvimento – capitalista, vale lembrar – toma este tanto como um processo histórico específico, quanto como um projeto político determinado e também como horizonte utópico. Diversos autores e correntes teóricas disputam

---

<sup>7</sup> “As lutas de classes, que em sociedades submetidas a formas tradicionais de dominação se manifestam sob a forma de explosões ocasionais de populações levadas ao desespero pela exploração e a opressão, surgirão agora como um processo intermitente, exigindo um quadro institucional que as discipline. Nessas sociedades estruturalmente instáveis, com contradições internas que pareciam condená-las a um fim catastrófico, a ideia de progresso iria constituir a célula mater de um tecido ideológico que serviria de ligadura entre grupos sociais antagônicos.” (FURTADO, 1978, p. 72).

a ideia de desenvolvimento, os meios para tal e os objetivos desejados; há, assim, um conflito político pelo termo. Para o autor, este termo é desistoricizante, visto que

[...] esvazia os elementos particulares dos processos históricos. No quiproquó entre projeto, processo e horizonte forma-se a ode ao desenvolvimento. Em outros termos, o “desenvolvimento” é tomado como singular, particular e universal, tudo ao mesmo tempo. Cumpre assim o papel de *ideologia*. (PRADO, 2020, p. 60-61; itálicos do autor).

A origem da ideologia do desenvolvimento “[...] se situa no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, em particular com a Guerra Fria [...] como parte da construção da hegemonia do próprio capitalismo frente ao socialismo.” (PRADO, 2020, p. 83), e se instalaria no Brasil a partir da Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) (PRADO, 2020). É a partir da articulação e da formulação das teorias do desenvolvimento, de forma a se pensar as possibilidades de integração e convergência dos países periféricos, com base no entendimento de que o desenvolvimento é necessariamente articulado ao crescimento e industrialização, sempre em uma passagem do “pior ao melhor”, que a ideologia do desenvolvimento assume o papel de conciliar essa perspectiva dentro destes espaços nacionais.

Em uma crítica a esta ideologia, Furtado (1978) diz sobre os países periféricos:

Privados progressivamente de memória histórica e senso de identidade, referidos a um sistema de medidas concebido para os fins da acumulação, os povos atraídos pela via indireta para a civilização industrial passaram a ser classificados, ordenados, etiquetados, transfigurados em entidades abstratas cujo comportamento se explica exaustivamente a partir de um número limitado de dados. Posto que se concebe “desenvolvimento” como uma *performance* internacional [...] a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo. [...] Essa doutrina serviria de cobertura para os investimentos diretos estrangeiros, mediante os quais as atividades produtivas dos países dependentes viriam a ser controladas do exterior. (FURTADO, 1978, p. 77; grifos do autor).

No Brasil, a ideologia do desenvolvimento, a nosso ver, assume a forma de ideologia do desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo foi uma ampla matriz teórica que guiou a prática político-econômica brasileira a partir, principalmente, dos anos 1950 – mas desde 1930 já existia enquanto “uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar [...]” (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 250). Segundo Ricardo Bielschowsky (2007), autor este membro da escola estruturalista de pensamento, o desenvolvimentismo seria

[...] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;

- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através de forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 7; itálicos do autor).

Na perspectiva de Fonseca (2004), o desenvolvimentismo era não apenas um ideário, mas um guia de ação para os governos perseguirem, conscientemente, objetivos pré-determinados. O autor defende a tese de que para se falar em desenvolvimentismo, precisa haver políticas conscientes e deliberadas neste sentido (FONSECA, 2004). Haveria um núcleo duro do desenvolvimentismo, composto pela defesa da industrialização, do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo – embora o autor ressalte a falta de rigor no que significa esse nacionalismo no contexto desenvolvimentista –, além do positivismo (FONSECA, 2004). Além destes elementos, Fonseca (2004) ressalta que o desenvolvimentismo se complexifica na medida em que, na forma de ideologia, “passa a *justificar a si mesmo*, ou seja, quando há defesa explícita de que a *principal tarefa* do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que esta é seu principal dever, seu objetivo central, o limite, sua razão de ser” (FONSECA, 2004, p. 227; grifos do autor).

Fonseca (2004) defende a ideia de que o desenvolvimentismo nasce antes mesmo dos anos 1930: no governo Getúlio Vargas, enquanto à frente do Rio Grande do Sul, o desenvolvimentismo teria sido o guia de ação do governo de forma a estimular o desenvolvimento.

Com uma visão mais crítica, Sampaio Jr. (2019) diz que o “desenvolvimentismo é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento. [...]” (SAMPAIO JR., 2019, p. 94). O autor chama a atenção para o fato de que essa reflexão pretendia ligar o desenvolvimento das forças produtivas às necessidades da população brasileira; para tanto, acumulação de capital e integração nacional teriam papel fundamental na formação das bases para controlar o desenvolvimento capitalista brasileiro. Assim, o

desenvolvimentismo foi, portanto, uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas e da sociedade burguesa, batiam-se pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional. (SAMPAIO JR., 2019, p. 94).

O autor segue relacionando o pensamento desenvolvimentista ao enfrentamento com o imperialismo, de forma a superar as perspectivas dos países centrais aos países subdesenvolvidos, e a reformas estruturais como fim do latifúndio e extrema desigualdade. Os desenvolvimentistas tinham por pressuposto que “as estruturas que bloqueavam o desenvolvimento capitalista nacional eram produto de contingências históricas que poderiam ser superadas pela ‘vontade política’ nacional.” (SAMPAIO JR., 2019, p. 95). Deste modo, o crescimento, a modernização e a industrialização substitutiva seriam necessários para superar o subdesenvolvimento e atraso brasileiros.

Esta utopia teria um fim, na visão de Sampaio Jr., com o golpe civil-militar de 1964, onde “os setores pragmáticos da burguesia interromperam violentamente o processo de reformas estruturais, cristalizando definitivamente a dupla articulação – dependência externa e segregação social – como alicerce fundamental da acumulação de capital na região.” (SAMPAIO JR., 2019, p. 97). Aqui, há uma revisão do estruturalismo<sup>8</sup> latino-americano, com diversos autores sinalizando mudanças importantes na visão da problemática do desenvolvimento brasileiro. Obras como *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (CARDOSO; FALETTI, [1970] 1984), *Além da estagnação* (TAVARES; SERRA, [1970] 2000) e *O capitalismo tardio* (MELLO, [1975] 2009) datam deste período, onde ao “reduzir desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, essa concepção lançava as bases para uma profunda resignificação do próprio conceito de desenvolvimento.” (SAMPAIO JR., 2019, p. 98).

Fernando Prado (2020, p. 73) chama a atenção para o fato de que o desenvolvimentismo também pode ora significar um projeto (político), ora ser entendido como um adjetivo designando processos históricos de países ou regiões específicas, ou mesmo no sentido “positivo” de ideologia, enquanto conjunto de ideias (e tudo ao mesmo tempo). O autor capta certa circularidade nos defensores deste projeto ou ideologia, visto que é “como se fosse preciso *desenvolver o desenvolvimento através do desenvolvimentismo para o país se tornar desenvolvido.*” (PRADO, 2020, p. 81; grifos do autor).

---

<sup>8</sup> Há controvérsias sobre a continuidade ou ruptura entre os estruturalismo e neoestruturalismo cepalinos. Para Bielschowsky, em *Sesenta años de la CEPAL* (2010), o neoestruturalismo não rompeu com a linha de pensamento da CEPAL, mas sim foi um movimento de adequação ao momento em que o mundo se inseria. Sampaio Jr (1999b, p. 43), afirma, por outro lado, que “[...] apesar de reivindicar a continuidade do enfoque estruturalista, o novo pensamento da CEPAL nega os fundamentos da tradição desenvolvimentista latino-americana”. Para uma análise mais detida do pensamento cepalino, consultar a obra de Octávio Rodríguez.

Em suma, a ideologia do desenvolvimento, que no Brasil teria assumido a forma de ideologia do desenvolvimentismo, surge em um período de Guerra Fria com intuito de evitar convulsões sociais nos países periféricos. Essa ideologia justificaria a industrialização planejada pelo Estado como forma de superação do subdesenvolvimento, e o movimento concreto do desenvolvimentismo de fato criou importantes bases industriais no país. O que este trabalho argumentará, no entanto, será sobre as consequências da forma de articulação desta ideologia com a dependência e a industrialização.

Outra ideologia que, anos mais tarde, enraizar-se-ia e se aprofundaria no Brasil é a ideologia neoliberal. O neoliberalismo ingressa no país a partir do governo de José Sarney, na segunda metade da década de 1980, e se intensifica com os governos seguintes de Itamar Franco e FHC. Carlos Nelson Coutinho (2012) pensa o neoliberalismo a partir de contrarreformas, baseando-se em Gramsci, enquanto um movimento restaurador, mesmo que não se apresente desta forma:

Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare. [...] têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado. (COUTINHO, 2012, p. 123).

Saad Filho & Moraes (2018) dão maior enfoque ao que chamam de “Sistemas de Acumulação” (SAs), isto é, “[...] a configuração, a fase, a forma ou o modo de existência [...] do capitalismo em dada conjuntura.”, e “[a] acumulação em cada SA é limitada por *restrições* que expressam as contradições do capital em determinado contexto e impõem limites específicos àquela modalidade de reprodução econômica e social” (SAAD FILHO; MORAES, 2018, p. 24; grifos dos autores). O neoliberalismo é uma ofensiva do capital sobre o trabalho, e a forma de expressão atual do capitalismo. Os autores elencam quatro características principais do neoliberalismo:

[...] a financeirização da produção, da ideologia e do Estado; a integração internacional da produção (“globalização”); um papel proeminente do capital externo na integração global da produção e na estabilização do balanço de pagamentos; e uma combinação de políticas macroeconômicas baseada em políticas fiscais e monetárias contracionistas e em metas de inflação, na qual a manipulação das taxas de juros se torna a principal ferramenta de política econômica. (SAAD FILHO; MORAES, 2018, p. 97).

Em termos de periodização, estes autores enxergam o neoliberalismo no Brasil a partir de uma transição a partir do final da década de 1980. Outras referências para o assunto são Netto (2012) e Harvey (2014).

#### 1.4. (DES)INDUSTRIALIZAÇÃO: SOBRE VERSÕES E REVERSÕES

O processo de desindustrialização que está em curso no Brasil possui origens muito bem alinhadas com a trajetória histórica do estabelecimento do setor manufatureiro em terras brasileiras. Conforme exposto por Espósito (2019), é impossível dissociar o desmonte e a deterioração da industrialização brasileira do processo histórico de inserção tardia do Brasil no sistema industrial global, o qual, associado à modernização dos padrões de consumo (FURTADO, 1974), remeteu ao país um fardo crônico de dependência externa, fragilidade econômica e baixa autonomia do Estado para conduzir estratégias de recuperação.

A modernização dos padrões de consumo seria a importação de padrões de consumo provenientes dos países centrais para atender as elites do país em questão, sem que haja acumulação de capital ou desenvolvimento tecnológico correspondente no país que se “moderniza”, processo recorrente no Brasil desde os anos 1930 e que acarretou em um substancial processo de concentração de renda ao longo do século XX (FURTADO, 1974). Sendo assim, faz-se imperativo compreender as relações históricas envolvidas neste processo para elucidar o problema da desindustrialização.

A problemática da desindustrialização tem sido bastante discutida na literatura econômica atual. A década de 1980 e 1990, a partir dos processos de ascensão do neoliberalismo, de reestruturação produtiva e de maior evidência das Cadeias Globais de Valor (CGV)<sup>9</sup>, são os períodos da onde a maior parte dos pesquisadores entendem ter iniciado a reversão do nosso processo de industrialização. Desindustrialização é um termo utilizado por diferentes abordagens teóricas para tentar explicar o processo de redução, absoluta ou proporcional – em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) –, do parque industrial de um país, ou a diminuição do emprego industrial na composição total (ROWTHORN & RAMASWAMY, 1999; CANO, 2012; BONELLI et al, 2013), principalmente da indústria da transformação. Entendemos que este processo existe no Brasil, e que se iniciou nos anos 1990, com a intensificação do neoliberalismo no governo de Fernando Collor de Mello, eleito em 1990; foi intensificado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que durou de 1995 a 2002, e nos governos posteriores, de Lula da Silva e Dilma Rousseff, que governaram de 2003 a 2015; e também no período pós-golpe jurídico-parlamentar, sob os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

---

<sup>9</sup> Para análises críticas das Cadeias Globais de Valor, ver Selwyn (2019), que trata das “Cadeias Globais de Pobreza”, e Quentin & Campling (2017), que falam de “Cadeias Globais de Desigualdade”.

A desindustrialização retira a capacidade de soberania nacional – entendendo-se, claro, os limites de tal soberania dentro do sistema capitalista. Para Sampaio Jr. (2020), estaríamos vivendo um processo de reversão neocolonial, onde a desindustrialização anda de mãos dadas com a reprimarização da pauta exportadora. A reversão neocolonial é, para o autor, um processo que ocorre na periferia do sistema capitalista mundial a partir do processo de globalização<sup>10</sup> (SAMPAIO JR, 2020), onde as economias periféricas sujeitas a este processo têm seus centros internos de decisão desarticulados, têm quebrada a “espinha dorsal de seus sistemas econômicos nacionais” (SAMPAIO JR, 2017, p. 18). O aprofundamento da dependência frente ao capital transnacional e a consequente perda de possibilidade (sem necessária efetividade) de controle (mas não absoluto) dos eixos econômicos nacionais (acumulação de capital) desembocariam numa interrupção do chamado desenvolvimento nacional. A difusão desigual do progresso tecnológico, a dependência financeira e cultural seriam momentos da reversão neocolonial.

A noção de desindustrialização varia para cada corrente do pensamento econômico. A divisão mais simplificada é entre os ortodoxos e heterodoxos (em geral). É mais comum se entender a desindustrialização como perda do peso industrial no emprego e no produto totais, ou menor valor industrial agregado. Assim, autores ortodoxos tendem a entender e avaliar a desindustrialização a partir da visão das vantagens comparativas. Lazzarini et al (2013) argumenta que o que importa não é o que o país produz, mas como produz em relação aos seus competidores. Seguindo a tradição ortodoxa, Bonelli et al (2013) menciona que haveria, nas décadas de 1970 e 1980, no país, uma “doença soviética”, ou seja, “uma indústria muito acima do padrão internacional quando se levam em conta grau de desenvolvimento, população, tecnologia, dotação de recursos naturais etc. [...]” (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013, p. 71). Entende-se, então, que a desindustrialização seria uma adequação da estrutura produtiva brasileira às suas condições econômicas, sociais, políticas e institucionais.

A tradição heterodoxa, por outro lado, costuma colocar uma ênfase maior na visão de uma desindustrialização prematura, tal qual Tregenna & Andreoni (2020). A desindustrialização prematura acometeria países periféricos, ou de “baixa-média renda”, onde seu processo de desindustrialização ocorreria antes de se haver alcançado um certo nível (empiricamente definido a partir dos países centrais) de PIB per capita (TREGENNA;

---

<sup>10</sup> “No campo econômico, o caráter predatório da concorrência e a crescente mobilidade dos capitais comprometeram a capacidade da sociedade nacional [de] preservar o controle sobre os centros internos de decisão e reproduzir os mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais. No plano político, a acirrada disputa pelo monopólio das novas tecnologias e pelo controle dos mercados mundiais acirraram perigosamente as rivalidades entre os Estados nacionais, provocando uma encarniçada concorrência pela atração de investimentos produtivos e pela criação de empregos industriais” (SAMPAIO JR, 2020, p. 110-111).

ANDREONI, 2020, p. 28-29). Autores como Bresser-Pereira & Marconi (2010) trazem a noção de doença holandesa, isto é, fenômeno que ocorre quando a taxa de câmbio efetiva de um país estaria sobreapreciada em relação à taxa de câmbio de “equilíbrio industrial

A partir da perspectiva da formação nacional, podemos enxergar a industrialização como um momento nas discussões sobre a problemática do desenvolvimento e da formação de uma nação, com as subsequentes superações dos anacronismos e heranças do passado. Assim, a industrialização pela perspectiva da formação nacional se daria pela

[...] constituição de um sistema industrial integrado e que tem no mercado interno o eixo dinâmico da economia. Refere-se a um processo que apresenta um comando nacional que permita atrelar o desenvolvimento industrial aos desígnios nacionais, possibilitando ter uma autonomia relativa frente ao sistema internacional e suprir as necessidades básicas de sua população. São faces interdependentes, que se não forem trilhadas em conjunto, enveredam a industrialização para a saturação, tornando-a suscetível a processos de reversão (ESPÓSITO, 2019, p. 153).

Em outras palavras, a industrialização não se pode dar a partir da mão invisível do mercado – ou, mais explicitamente, do capital – caso se deseje atender aos desígnios nacionais. Crescimento industrial não necessariamente implica em industrialização de fato; sem integração do sistema industrial, o eixo dinâmico voltado para o mercado interno e centros nacionais de comando para planejar e guiar o processo, não há um processo de industrialização. O que será argumentado mais adiante é a forma como esse processo se deu no Brasil, a partir da ótica da dependência, e sua passibilidade de completude.

A desindustrialização, analogamente, dar-se-ia, portanto, pela reversão desses elos que integram o sistema industrial, pela transferência do eixo dinâmico da economia para o exterior e pela erosão do centro nacional de comando (ESPÓSITO, 2019). A desindustrialização é senão um momento da reversão neocolonial, processo este que intensifica a dependência em um mundo cujo processo de acumulação de capital em esferas financeiras se torna cada vez mais central, e onde o neoliberalismo a reestruturação produtiva organizam o globo capitalista conforme assim deseja o capital. Deste modo, neste trabalho, entendemos que a desindustrialização brasileira está intimamente ligada ao processo de industrialização que o país viveu, processo este inserido em um contexto de capitalismo dependente e aos processos de globalização e intensificação do neoliberalismo subsequente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível realizar uma breve recapitulação do que foi discutido anteriormente, de forma



a explicitar e clarificar as relações e conexões pretendidas por este trabalho. A perspectiva adotada para estudar a desindustrialização brasileira é a perspectiva da formação nacional, que busca entender o desenvolvimento do capitalismo brasileiro a partir das relações do processo de formação nacional, desde o período da colonização. Assim, elementos de nossa sociedade como o racismo e a dependência podem ser explicados a partir de um olhar atento para a história do Brasil e sua forma de inserção no sistema capitalista mundial. Nesse sentido, entendemos como necessário refletir sobre o que é o desenvolvimento.

No século XX, o desenvolvimento era atrelado à superação das heranças malditas da economia brasileira, como a segregação interna e a dependência externa, além de atender às necessidades básicas da população brasileira, como a questão da fome e da desigualdade. Neste período, o desenvolvimento era bastante associado, e às vezes até mesmo igualado, à industrialização. De uma perspectiva marxista, o desenvolvimento capitalista é, a partir de uma visão ontológica, a complexificação do capitalismo, tanto em sentido extensivo – maior raio de ação do capital – quanto intensivo – adentrando áreas antes não dominadas pelo capital, como o esporte. Discutiremos a relação entre desenvolvimento no sentido apresentado por Bonente (2014) e no sentido adotado por aqueles que interpretaram o Brasil no século passado, enquanto perspectiva de superação do “subdesenvolvimento” brasileiro.

No sentido de entender o objeto de estudo deste trabalho, a desindustrialização, pretendemos recorrer à ideologia do desenvolvimento para, historicamente e de acordo com as bases teóricas perspectiva da formação nacional, entender a relação entre o desenvolvimentismo e a industrialização brasileira, entendida aqui como dependente, para assim destrinchar a desindustrialização. Para tanto, a ideia de reversão neocolonial, reverberada por Sampaio Jr. (2012, 2017) poderá nos dar luz às mudanças globais que atuaram no sentido de efetivar a potência de desarticulação da base industrial brasileira.

No próximo capítulo, buscaremos realizar uma pesquisa histórica sobre o processo de industrialização no Brasil, destacando o papel que a ideologia do desenvolvimento teve no processo e as perspectivas de intensificação da dependência que entendemos ser inerentes à forma de industrialização brasileira, relacionando com as mudanças no contexto do capitalismo global e dos padrões de acumulação. Pretendemos, deste modo, inserir a potência de uma reversão neocolonial, em que uma de suas formas de manifestação é a desindustrialização, que mais tarde se efetivaria.

## 2. O PROJETO BRASILEIRO: SOBRE INDUSTRIALIZAÇÕES E DEPENDÊNCIAS

### INTRODUÇÃO

O século XX foi um período de grandes transformações no mundo: tivemos as Guerras Mundiais, a Guerra Fria, o início e fim de Bretton Woods e os choques do petróleo, por exemplo; no caso brasileiro isso não foi diferente. Saindo de uma sociedade produtora de bens primários para exportação, o país atravessou o século com um processo de industrialização que parecia conter a possibilidade de superar o subdesenvolvimento, as mazelas sociais oriundas da colonização e do império, e de alcançar o que se entendia por desenvolvimento. Se é certo que o quadro de industrialização começa a ser revertido a partir da década de 1990, também é certo que, entre os anos de 1930 e 1980, houve um processo industrializante no país, ora intencional, ora involuntário.<sup>11</sup> O processo de industrialização que ocorreu ao longo desse período é chamado de Industrialização por Substituição de Importações (ISI).

Este capítulo busca reconstruir objetivamente o processo de industrialização do país, colocando em evidência a forma específica que este tomou no Brasil e os movimentos político-teórico e ideológico que o justificaram. Este processo de industrialização deve ser enxergado a partir da “modernização dos padrões de consumo”, de Furtado (1974). Esse processo diz respeito à mimetização dos padrões de consumo, no Brasil, provenientes dos centros econômicos, sem no entanto os correspondentes acumulação de capital e progresso técnico internamente. Sendo o Brasil um país de renda muito menor que os países considerados por Furtado (1974) como “cêntricos”, a modernização demandava concentração de renda e expressava-se em cópias de padrão de consumo com artigos de luxo e tecnologia espúria à realidade brasileira. Assim, a dinâmica econômica se voltava para as elites, e isso foi uma constante no processo de industrialização no país. Deste modo, buscamos alicerçar o argumento de que a desindustrialização no país teve como causa histórica essa industrialização dependente

---

<sup>11</sup> Uma discussão acerca da intencionalidade da política industrializante no Brasil, na década de 1930, pode ser encontrada em Fonseca (2013). O autor defende que houve intencionalidade no governo Vargas em prol do crescimento econômico e da industrialização no país, o que se observaria a partir de 1933 (FONSECA, 2013). Aqui, Fonseca (2013) entra em controvérsia com Furtado, na medida em que este defenderia a tese de que o crescimento industrial do país no período seria não intencional a partir da política de valorização do café dentro de um contexto de crise econômica, de 1929, e sua influência nas contas públicas e externas do país. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, seriam indicativos dessa consciência industrializante e desenvolvimentista no governo (FONSECA, 2013). Em verdade, o autor defende também que a consciência desenvolvimentista já existia desde 1928, no governo de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul (FONSECA, 2004).

levada à cabo pelas políticas desenvolvimentistas e suas formas de financiamento, embasada na ideologia do desenvolvimentismo – a forma que a ideologia do desenvolvimento adquiriu no país.

## 2.1. UMA HISTÓRIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO: SOBRE SUBSTITUIÇÕES E SUPERAÇÕES

A Crise de 1929 marca o início do processo de industrialização no Brasil, industrialização essa com base na substituição de importações (ISI), mediante a restrição externa que aquele evento impôs ao país.<sup>12</sup> A ISI, como o próprio nome denuncia, é um processo onde há a substituição de importações por produção interna, no qual se espera ter como consequências o aumento da autonomia de um país, transição da estrutura produtiva e aceleração do crescimento econômico. É um “processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (TAVARES, [1964] 2000, p. 230). Tavares chama atenção, no entanto, para o fato de que isso não significa que com isso se deseje acabar com as importações (TAVARES, [1964] 2000). A partir da crise de 1929, o Brasil precisou se voltar para dentro em seu processo de acumulação. Nas palavras de Tavares ([1964] 2000),

“o processo de substituição de importações” pode ser entendido como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos. (TAVARES, [1964] 2000, p. 35).

Apesar das diferenças deste processo em cada país que o realizou, entende-se que o processo deve ser agregado, ou seja, não pode ser realizado em partes. Em outras palavras, não é – ou não deve ser – etapista – primeiro bens de consumo não duráveis, depois bens de consumo duráveis, bens intermediários para então chegar a bens de capital –, mas um processo conjunto:

[...] podemos concluir que, nas condições do modelo de substituição de importações, é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo dos bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. É necessário (para usar uma linguagem figurada) que o “edifício” seja construído em vários andares

---

<sup>12</sup> Além da “teoria dos choques adversos”, interpretação mais usada neste capítulo, há outras visões para o início da industrialização brasileira, como a tese da industrialização induzida pelas exportações ou do capitalismo tardio. Este trabalho não busca esgotar essas discussões.

simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período. (TAVARES, [1964] 2000, p. 235).

Na visão de Furtado, o processo de desenvolvimento – e industrialização – requeria um sistema econômico nacional integrado e ligado ao mercado interno (HADLER, 2009). Para Furtado, a acumulação apenas contribui para a formação de um sistema econômico e industrial nacional quando a própria acumulação segue as capacidades materiais da economia; a relação entre composição técnica do capital e modo de organização do trabalho é adequada à geração relativa de escassez relativa de força de trabalho; e quando a população e a nação têm autonomia sobre os meios e os fins de seu processo de desenvolvimento, mesmo inserida no sistema capitalista mundial (SAMPAIO JR, 1999b). Além disso, o excedente econômico não poderia ser apropriado apenas pelos capitalistas, de forma a concentrar a renda, o que bloquearia a formação do mercado interno (HADLER, 2009).

A perspectiva que se coloca é que a acumulação de capital precisaria tanto caminhar na direção da socialização dos aumentos de produtividade, donde o excedente formaria e ampliaria o mercado interno a partir da inserção de maior parcela da população no mercado capitalista, e também ser canalizada à acumulação de capital (HADLER, 2009). A satisfação das necessidades básicas da população é prioritária, a partir da combinação entre a incorporação do progresso técnico e distribuição de renda. (SAMPAIO JR, 1999b).

Contudo, esse processo se concretizou, no Brasil, mediante a modernização dos padrões de consumo, ou seja, foi concentrador de renda e voltado para as elites político-econômicas (FURTADO, 1974), o que torna a industrialização frágil e passível de reversão. As contradições da ISI a tornaram, na visão furtadiana, sem planejamento e sem a necessária disseminação dos ganhos de produtividade às massas da população através da distribuição de renda, o que torna Furtado cada vez mais crítico deste processo e aos seus limites (HADLER, 2009).

Para Espósito (2019, p. 154), com “a expansão da substituição de importações o centro dinâmico da economia foi interiorizado e a dinâmica da economia passou a apoiar-se ao espaço econômico nacional”; no entanto, esse processo “não representou uma ruptura com o padrão de modernização responsável por perpetuar o subdesenvolvimento”. Assim, ao “mimetizar um padrão cuja capacidade tecnológica e acumulativa ia muito além da estrutura do país, a industrialização substitutiva teve como principal característica a debilidade no padrão de oferta e de demanda, impossibilitando que a estrutura produtiva adquirisse solidez” (ESPÓSITO, 2019, p. 154).

Campos (2020b,) chama atenção para o papel da questão política – da necessidade de afirmação de Vargas – para o processo de industrialização no país, onde o então governo olharia

para este processo “como a possibilidade de integração do mercado interno em uma tentativa de afirmação nacional” (CAMPOS, 2020b, p. 61). Neste período – e isso será verdadeiro também na continuidade do processo de industrialização – não houve uma perspectiva de financiamento autônomo deste processo (CAMPOS, 2020b), se é que isso seria possível. Exemplo disso é a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), fundada em 1941, que obteve financiamento dos Estados Unidos (ABREU, 2021).

É no período de 1930 a 1945, segundo a periodização de Bielschowsky (2007) e que também será aqui utilizada, que o ciclo ideológico do desenvolvimentismo se origina, conforme discutido no primeiro capítulo deste trabalho. Algumas características já poderiam ser encontradas neste início de sua formulação, segundo o autor, como uma defesa do protecionismo, ataques ao liberalismo e associação entre indústria e “progresso”<sup>13</sup> (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 249). Neste período, o desenvolvimentismo e a indústria não tinham forças no contexto político-econômico, mas a década de 1930 – a partir da crise de 1929 – e a Segunda Guerra Mundial transformariam este cenário, tanto no alcance do ideário desenvolvimentista quanto na essência do desenvolvimentismo (BIELSCHOWSKY, 2007).

O autor, no entanto, chama a atenção para o fato de que não se deve exagerar sobre essa origem, na medida em que o desenvolvimentismo, que para o autor é a “ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria” (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 250), apenas teria relevância nacional a partir de 1950, apesar de haver naquele período uma primeira consciência da questão da industrialização e do subdesenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2007). Fonseca (2004, 2013), com tese um pouco divergente, defende a intencionalidade do desenvolvimentismo no período, inclusive no governo de Vargas no Rio Grande do Sul.

Quatro elementos deste período, que se desenvolveriam até o apogeu da ideologia do desenvolvimentismo, foram cruciais para essa tomada de consciência:

- a) Gera-se a consciência de que é necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais. [...]
- b) Cria-se a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida. [...]
- c) [...] a ideia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada [...] ganha maior legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país.

---

<sup>13</sup> Vale notar o uso da palavra “progresso” e não “desenvolvimento”, neste momento. Na década de 1930, a ideologia que dominava os países periféricos era a ideologia do progresso, influenciada pelo positivismo – não à toa o lema da bandeira brasileira é “Ordem e Progresso”. A ideologia do desenvolvimento só viria a se instalar anos mais tarde, no pós-Segunda Guerra, a partir da influência Cepalina (PRADO, 2020).

Simultaneamente, a ideia de planejamento começa a se impor como um imperativo, diante do quadro de desordem, imposto pela crise internacional, e da debilidade da estrutura econômica do país e do próprio empresariado nacional. [...]

- d) O nacionalismo econômico [...] ganha nova dimensão. [...] acirra-se o sentimento anti-imperialista clássico, de defesa de barreiras alfandegárias e do controle nacional sobre os recursos naturais. [...] [a] visão de que a industrialização só é viável através de um apoio estatal que vá além do planejamento e do controle sobre recursos naturais, passando a incluir também investimentos diretos em transporte, mineração, energia e indústria de base. (BIELSCHOWSKY, 2007, p. 250-252).

Essa primeira onda industrializante teve resultados já na composição do produto industrial, conforma demonstra a Tabela 2.1. É possível enxergar nos dados que houve um forte crescimento nos setores metalúrgicos (4,4% em 1919 e 7,6% em 1939), de equipamentos elétricos (0% em 1919 para 1,2% em 1939), na indústria química (3,6% em 1919 para 9,8% em 1939) e na produção de maquinários (0,1% em 1919 para 3,8% em 1939). Adicionalmente, a produção alimentícia continua com alta parcela na atividade industrial (não propriamente no setor secundário, neste sentido), com 20,6% em 1919 e 24,2% em 1939. Isso corrobora com a perspectiva de que o país ainda seria um potencial exportador de *commodities*.

**Tabela 2.1. Estrutura industrial brasileira em 1919 e 1939 - distribuição percentual do valor agregado total (setores escolhidos)**

<i>Setores da atividade industrial (setores escolhidos)</i>	<i>1919 (%)</i>	<i>1939 (%)</i>
<i>Produtos de metal</i>	4,4	7,6
<i>Maquinário</i>	0,1	3,8
<i>Equipamento elétrico</i>	0	1,2
<i>Químicos, farmacêuticos, perfumes e velas</i>	3,6	9,8
<i>Produtos Alimentícios</i>	20,6	24,2

Fonte: Mattos & Alvarenga Jr. (2021, p. 73)

A década de 1950 é um momento de afirmação na ideologia do desenvolvimentismo e na perspectiva da industrialização brasileira. É entre 1948 e 1952 que amadurece esta ideologia, após o período de 1944 a 1947, que teria sido o início de seu amadurecimento (BIELSCHOWSKY, 2007). É aqui, por exemplo, que a campanha nacionalista do petróleo surge e se fortalece, além de uma maior consciência no projeto industrializante do país com o novo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) (BIELSCHOWSKY, 2007).

Se em período anterior, a Crise de 1929 e a 2ª Guerra Mundial tornaram os fluxos de capitais incertos e mais frágeis, o que obrigou um maior comprometimento nacional para com

o financiamento do processo de industrialização, os anos 1950 se mostraram completamente diferentes. A nova fase na acumulação capitalista global agora depreendia a necessidade de expandir os fluxos de capitais após a recuperação econômica e industrial da Europa no pós-Guerra para fora de espaços nacionais mais convencionais, como dos países “desenvolvidos”, para os países periféricos<sup>14</sup>. Os Investimentos Diretos Externos (IDEs) e os fluxos de capitais financeiros (FURTADO, 1982) passavam a se tornar abundantes. Era o desenvolvimento do processo de transnacionalização do capital (FURTADO, 1976):

A incompatibilidade em se avançar nas fases mais complexas da industrialização de forma autônoma colocou na ordem do dia a necessidade de ancorar-se no capital internacional para ter acesso ao financiamento e à tecnologia indispensáveis para a evolução deste processo. Tal necessidade contou, a partir de meados dos anos 1950, com uma conjuntura internacional favorável, perante a emergência da transnacionalização do capital. (ESPÓSITO, 2019, p. 154).

Para o capital transnacional, era extremamente vantajoso se encaminhar para a periferia global. Afinal, com os processos de industrialização parciais que ocorreram, estava sendo formado um mercado mais amplo nestes países. No entanto, como também fala Espósito (2019), apesar de “o horizonte de valorização” ser transnacional, ainda aqui a base da estrutura de acumulação se dava na escala nacional (ESPÓSITO, 2019, p. 155). A transnacionalização do capital, que se intensifica no país com o acirramento das contradições da ISI, desnacionalizava a indústria brasileira em prol do capital financeiro e da dominação tecnológica internacional, corroborando para o estrangulamento externo (HADLER, 2009). O processo de modernização dos padrões de consumo, incompatível com a acumulação de capital da economia brasileira, ocorria em pleno vapor no período.

A industrialização substitutiva, periférica e dependente foi calcada na modernização dos padrões de consumo. Ela reafirma a dupla articulação (FERNANDES, 2020) – dependência externa e segregação social interna – na medida em que é um processo concentrador de renda ao transplantar técnicas e padrões de consumo mimetizados dos centros econômicos mundiais, o que estreita o mercado interno e orienta o processo de desenvolvimento para um ciclo vicioso (HADLER, 2009). Assim, contraditoriamente, a industrialização brasileira, para prosseguir no processo de modernização, ancora-se no capital transnacional, o que leva à desnacionalização

---

<sup>14</sup> É certo que essa tendência de exportação do capital para as periferias não surge neste período, mas se reintensifica. Já no início do século XX, os teóricos do imperialismo discutiam sobre o fenômeno. Sobre o imperialismo, Lenin ([1917] 1986) chama a atenção para, além da concentração e centralização de capital e a formação de monopólios de firmas e bancos, e do fortalecimento do capital financeiro – Lenin, aqui, se inspira em Hilferding (1985) – e da partilha do mundo entre as grandes potências, a *exportação de capital*: “[o] o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital” (LENIN, [1917] 1986, p. 621; grifos do autor).

da indústria e intensifica a dependência – tudo isso incentivado pela burguesia interna do Brasil (HADLER, 2009).

O papel do Estado para a concretização deste processo foi fundamental, visto que coordenou “grandes blocos de investimentos” de forma a ter relativo planejamento na industrialização; criou uma “infraestrutura necessária – em especial nas áreas de transporte e energia” e auxiliou na produção de bens intermediários e industrialização pesada; e estabeleceu “bases de associação com as empresas transnacionais a partir de um padrão de acumulação que lhes concedia privilégios, o que incentivou a entrada das mesmas no país” (ESPÓSITO, 2019, p. 156).

Exemplo desse processo de transnacionalização e recepção desses fluxos de capital foi a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – mecanismo amplamente utilizado no governo de Juscelino Kubitschek para o financiamento e manutenção de seu Plano de Metas – que permitia a importação de bens de capital, por parte de investidores estrangeiros, sem cobertura cambial, permitindo participação no capital próprio da empresa importadora. Certamente, esse foi um passo importante no processo de transnacionalização da economia e intensificação da dependência brasileira: “[a] despeito de esse período desenvolvimentista originar uma industrialização mais avançada em termos dinâmicos, o preço de sua implantação foi expor a economia brasileira a um nível de dependência externa qualitativamente maior e complexamente determinada [...]” (CAMPOS, 2017, p. 121).

A fim de ilustração deste processo que está sendo descrito, tem-se na tabela 2.2 a evolução dos IDEs em alguns países da América Latina. Nota-se o enorme salto que ocorreu entre o período 1951-1955 para 1956-1960. Aqui se demonstra, em termos de volume de IDEs, a maior transnacionalização da economia brasileira e, deste modo, pode-se derivar que do avanço da industrialização ocorreu a intensificação das dependências cultural e tecnológica, no sentido de tentar sempre alcançar a extremamente dinâmica inovação tecnológica dos países centrais, o que obstaculiza a internalização do progresso tecnológico, sempre em função dos países centrais. (ESPÓSITO, 2019). Por sua vez, a dependência tecnológica intensifica a tendência ao estrangulamento das contas externas, impactando e aprofundando, deste modo, a dependência financeira do Brasil (ESPÓSITO, 2019).



**Tabela 2.2 Investimento Direto Estrangeiro na América Latina (países selecionados).  
Milhões de dólares, preços correntes**

<i>País</i>	<i>1946-1950</i>	<i>1951-1955</i>	<i>1956-1960</i>	<i>Total</i>
<i>Argentina</i>	-113,8	15,8	828,8	730,8
<i>Brasil</i>	219,6	350	743	1312,6
<i>México</i>	176,9	439,4	423,5	1039,8
<i>Venezuela</i>	1026,4	366,7	1550,8	2943,9

Fonte: Campos (2017, p. 100)

Segundo Hadler (2009), as novas formas de organização do capital em relação à produção se dão pela elevada capitalização das novas tecnologias que surgem e pela disseminação do progresso técnico para uma modernização e sofisticação cada vez mais intensa dos padrões de consumo, levando à sua homogeneização – pensando, aqui, nas economias centrais. Em economias periféricas, a implantação destas formas de organização agrava o desemprego estrutural e a concentração de renda existentes (HADLER, 2009). Desdobrar-nos-emos, agora, sobre como se deram estes processos no caso brasileiro a partir dos anos 1950, chamando a atenção para as mudanças que operaram na economia e nas formas de financiamento da continuidade da industrialização brasileira.

## 2.2. DESENVOLVIMENTOS EM PRÁTICA: SOBRE METAS E PLANOS

O Plano de Metas (1957-1961), no governo de Kubitschek, não pode ser ignorado enquanto uma das mais importantes políticas que visavam o desenvolvimento no país – ao lado do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), no governo civil-militar. Eram planos setoriais que incentivavam metas em setores estratégicos, como energia, transporte e infraestrutura, além do setor produtor de meios de produção, de forma a continuar um processo de industrialização pesada<sup>15</sup> (FRANCA; CAMPOS, 2022). Segundo Lessa (1983, p. 27), o Plano de Metas seria, até aquele momento, “a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país”.

O lema do Plano de Metas (“50 anos em 5”) escancara a força que a ideologia do desenvolvimento adquirira no Brasil – a hipótese colocada aqui é a possibilidade da superação

<sup>15</sup> Siderurgia, metalurgia, bens intermediários, maquinários e petroquímica, entre outros setores (MELLO, [1982] 2009).

do atraso brasileiro e a necessidade de um processo de modernização no país. O desenvolvimentismo, aqui em seu período de maturidade (BIELSCHOWSKY, 2007), necessariamente influencia e guia os caminhos percorridos na economia brasileira. O programa de viés industrializante tinha metas específicas que foram relativamente atingidas, como por exemplo no caso da energia elétrica, da produção de petróleo e nacionalização de carros e caminhões. As metas de construção e pavimentação de rodovias foram plenamente atingidas e superadas, conforme pode-se ver na tabela 2.3.

Interessante notar mais duas coisas na tabela: primeiro, as metas de produção e refino de petróleo; o grau de realização do refino se mostrou extremamente abaixo do esperado, o que terá influências mais adiante, com os choques do petróleo da década de 1970. Em segundo lugar, as construções das malhas ferroviária e rodoviária. Se por um lado a produção de automóveis teve enorme influência no crescimento industrial brasileiro, por outro lado isso significou em uma maior preferência a formação de rodovias ao invés de ferrovias. Em um país continental como o Brasil, isso significa maiores custos de transporte.

**Tabela 2.3. Previsões e resultados do Programa de Metas (1957-1961), setores escolhidos, metas físicas**

<i>Metas específicas</i>	<i>Previsão</i>	<i>Realizado</i>	<i>% de realização</i>
<i>Energia Elétrica (1000 kw)</i>	2000	1650	83%
<i>Carvão (1000 t)</i>	1000	230	23%
<i>Petróleo – Produção (1000 barris / dia)</i>	96	75	78%
<i>Petróleo – Refino (1000 barris / dia)</i>	200	52	26%
<i>Ferrovias (1000 km)</i>	3	1	33%
<i>Rodovias – Construção (1000 km)</i>	13	17	131%
<i>Nacionalização (carros) (%)</i>	90	75	83%

Fonte: Orenstein & Sochaczewski (2021, p. 165)

O Plano de Metas, apesar de ter bem definidas suas perspectivas para um projeto de desenvolvimento – lembrando aqui da tríade do desenvolvimento enquanto processo histórico, projeto político e horizonte utópico –, não conteve em si uma elaboração de programas de financiamento (ESPÓSITO, 2016). A atração de capital externo para financiar o Plano foi vital para seu relativo sucesso, e o papel das IDEs foram fundamentais – principalmente na forma de mercadorias, em sinergia com a Instrução 113 da SUMOC, aumentando portanto o capital constante fixo das subsidiárias das empresas transnacionais que se instalaram no Brasil neste

período (FRANCA; CAMPOS, 2022). Interessante ver o volume de remessas de rendimentos ao exterior ao longo do período: de acordo com Franca & Campos (2022), houve remessas – lucros, dividendos, entre outros – no valor de US\$ 64,1 milhões ao ano, representando forte quantidade de valor que, enquanto capital se valorizaria no Brasil, mas para fins de acumulação retornava, em parte, para seu país de origem, o que está plenamente de acordo com a transnacionalização do capital em termos da finalidade da acumulação, mas restrito a espaços nacionais em termos de valorização. Linhas de crédito e empréstimos também aumentaram no período de forma a continuar o processo de industrialização no país. Nesse sentido, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Export-Import Bank of the United States (EXIMBANK) tiveram importante papel, apesar de não fundamental (FRANCA; CAMPOS, 2022).

Isso não quer dizer, contudo, que não houve aumento da participação estatal neste processo. O Estado agiu enquanto um centro nacional planejador deste projeto tanto na forma da formulação de metas quanto para captar os recursos externos necessários para financiar o Plano. Tanto o Estado tinha relativo controle que se utilizou do mecanismo inflacionário – a inflação, entre janeiro de 1958 e setembro de 1959, aumentou de cerca de 5% para próximo de 40% acumulados nos 12 meses anteriores pelo IGP-DI (BASTOS; COSTA, 2021) – para auxiliar no financiamento do programa, com a formação de poupanças “forçadas” (ESPÓSITO, 2016).

Os resultados do plano foram, a partir do atingimento das metas, satisfatórios. Em termos de crescimento, entre 1957 e 1961 o Brasil cresceu 7,9% a.a, onde o setor de transportes cresceu 8,8% a.a. (LESSA, 1983). Ademais, houve aceleração no processo de substituição de importações de bens de capital. Segundo Lessa (1983, p. 86), o “coeficiente de participação dos equipamentos importados na oferta interna de equipamentos caiu de 54% em 1949 para 33% em 1958”. No entanto, os mecanismos de financiamento ancorados no setor externo deixaram marcas na economia brasileira que, além de difícil cura, viriam a ser o calcanhar de Aquiles do Brasil.

De 1956 a 1961, a dívida externa brasileira saltou de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 3,2 bilhões, atingindo US\$ 3,6 bilhões em 1963 [...], sendo que os juros, os quais entre 1956 e 1961 foram de US\$ 85,3 milhões em média a.a., passaram para US\$ 129 milhões entre 1962 e 1966, ao passo que as amortizações, que eram de US\$ 312 milhões em média a.a. para o período JK [Juscelino Kubitschek], passaram para US\$ 321 milhões em médias a.a. entre 1962 e 1966 [...]. (FRANCA; CAMPOS, 2022, p. 137).

Com os financiamentos externos, os IDEs e a facilidade promovida pela Instrução 113 da SUMOC, houve um aumento da dívida externa do país e remessas de rendas para o exterior,

e deste modo as empresas transnacionais se configuram como importante vetor do dinamismo da economia, como dirá Prado Jr ([1972] 2021)<sup>16</sup>:

O núcleo verdadeiramente dinâmico da indústria brasileira se constituirá em nada mais que uma constelação de filiais de empresas internacionais em cuja órbita girará quase tudo que a nossa indústria conta de mais expressivo. [...] Efetivamente, a posição dominante e decisiva que o capital internacional ocupa na economia brasileira tende permanentemente a reconduzi-la para a anterior situação centrada na função exportadora (PRADO JR, [1972] 2021, p. 107).

Neste período, mas não apenas, a articulação entre ideologia do desenvolvimento, desenvolvimentismo, dependência e industrialização se explicita. A perspectiva de desenvolvimento para o país aparece apenas na forma de inserção nos padrões globais de acumulação e dependência frente ao capital internacional. O desenvolvimentismo, enquanto ideologia e prática, ao conceber a industrialização como a imagem do desenvolvimento, de maneira acrítica aceita e promove este processo de industrialização dependente. A justificativa para isso é, exatamente, alcançar o desenvolvimento – horizonte utópico – a partir deste projeto de desenvolvimento – o Plano de Metas.

Dessa forma, o desenvolvimento capitalista, na problemática trabalhada no século XX, não se dá plenamente, na medida em que o processo não contempla as necessidades da população – a desigualdade social e a supremacia do capital sobre o trabalho se confirmam nos períodos seguintes, após o golpe civil-militar e a escolha pelo fim da revolução burguesa no país (FERNANDES, 2020). No entanto, o desenvolvimento entendido em uma perspectiva ontológica se realizou – o capital (transnacional) ingressou em áreas que antes não dominava plenamente, tanto extensivamente (ingresso nas regiões mais interioranas do país) quanto intensivamente (penetrando nas áreas de financiamento de infraestrutura do país, por exemplo). A forma que o capitalismo brasileiro passa a trilhar, no entanto, é a forma do capitalismo dependente, marcado pela dupla articulação entre intensa dependência externa ao capital internacional e elevado grau de segregação social interna. Isto se relaciona com aquela conexão entre a forma de incorporação do técnico e a consequente forma de distribuição da renda, como discute Furtado (1974).

O início da década de 1960 transcorreu caoticamente, com a eleição e renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart. Com o esgotamento do Plano de Metas, a partir da maturação de seus investimentos, o processo de acumulação tem relativa estagnação; apesar do forte investimento em bens de consumo duráveis, os bens intermediários e de capital – indústria

---

<sup>16</sup> A última frase, se não tão explícita na época em que o autor escreve, fica mais clara à luz da desindustrialização pela qual o Brasil passa a partir de 1990, revertendo momentos da modernização capitalista pela qual o país passara, onde uma de suas faces é a reprimarização da pauta exportadora (SAMPAIO JR, 2020)

pesada – não foram tão contemplados pelo Plano (ESPÓSITO, 2016). Fato notável do período, e que se manterá nas décadas seguintes, é o recrudescimento inflacionário, em parte herdado pelo governo de Kubitschek – a inflação, em 1955, era de 11,8%, enquanto em 1960 alcançava 25,4% (MESQUITA, 2021). Por outro lado, a relação do país com o setor externo estava prejudicada, na medida em que houve deterioração dos termos de troca em 1958, aumento dos serviços para com o capital estrangeiro a partir do acúmulo de dívidas e passivo externo, e necessidade de maiores importações de bens de capital e intermediários, o que impactava no balanço de pagamentos do país (ESPÓSITO, 2016). Estavam dadas as bases para uma crise de financiamento, que viria a ser intensificada com a chegada de Goulart ao poder.

As inexoráveis contradições que essas condições impunham levava o governo Goulart a uma encruzilhada. As perspectivas de continuidade de uma revolução burguesa com conquistas sociais e certa dose de nacionalismo, como “as propostas de reformas de base – agrária, educacional, tributária, estatização das concessionárias do serviço público, direito à greve, etc.” (ESPÓSITO, 2016, p. 104), e a pretendida Lei de Remessas de Lucros, “a qual proibia a remessa de lucros provenientes de reinvestimentos” (ESPÓSITO, 2016, p. 104), levaram à burguesia brasileira a adotar um caminho de associação dependente ao capital internacional, repressão, fechamento do regime e intensificação da modernização dos padrões de consumo, concentradora e conservadora, o que influenciou no golpe civil-militar de 1964 (ESPÓSITO, 2016) – golpe este que foi uma resposta a um momento de crise da hegemonia burguesa dentro de um contexto de Guerra Fria (FERNANDES, 2020). Neste modelo econômico que vinha a se construir, que Fernandes (1975) denominará de “modelo autocrático burguês”, encerrou-se o ciclo “democrático” do desenvolvimentismo – mas de maneira alguma terá sido o fim do desenvolvimentismo. Começa, agora, seu ciclo autoritário, resistente às mudanças sociais, concentrador e violento.

A inflação e o baixo crescimento – fenômeno conhecido como estagflação – estavam patentes na economia brasileira durante o no primeiro governo militar, de Castello Branco. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi uma tentativa de, ao mesmo tempo em que se combatia a inflação, retomar o crescimento, a partir de um diagnóstico inflacionário de viés tanto ortodoxo quanto “heterodoxo”. Ao mesmo tempo em que se diagnosticava os déficits do governo como causa inflacionária – viés ortodoxo –, também se entendia que as políticas de aumentos salariais nos períodos anteriores tiveram importante contribuição no recrudescimento da inflação – viés “heterodoxo”<sup>17</sup> (HERMANN, 2005). Se esse plano foi relativamente bem-

---

<sup>17</sup> A política salarial no PAEG desejava reprimir os ganhos salariais de forma a interromper uma suposta espiral inflacionária de salários – lucros. Assim, os reajustes salariais seriam com base no salário *médio* dos dois anos

sucedido na questão inflacionária – de uma taxa de inflação de 100% no primeiro trimestre de 1964 para cerca de 20% em 1969 (RESENDE, 2021), apesar de não ter cumprido as metas previstas –, o crescimento econômico acabou sendo relegado a segundo plano entre 1964 e 1967 (em 1964 a taxa de crescimento do PIB foi de 3,4%; em 1965, de 2,4%; em 1966 há um aumento, de 6,7%; e novamente uma contração no valor em 1967, com taxa de crescimento de 4,2%) (ARAUJO, 2021a). A partir de 1969, inicia-se o período do “milagre econômico”, e parte da literatura entende que o PAEG armou as suas bases (HERMANN, 2005).

O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), adotado no governo de Costa e Silva e mais “desenvolvimentista” que o plano anterior, teria levado à cabo, a partir da maturação dos investimentos do Plano de Metas e da estabilização realizada no PAEG, a retomada dos investimentos privados e ampliação do mercado interno, possibilitando as altas taxas de crescimento vistas no período (HERMANN, 2005). O PED, cuja formulação era crítica da ISI, buscava basear o crescimento não mais no tamanho absoluto do mercado interno, mas em sua taxa de expansão e no mercado externo (ARAUJO, 2021a). O Programa previa metas de crescimento do produto de mais de 6% ao ano, estimulando setores com capacidade ociosa (ou seja, sem aumento da capacidade produtiva) para depois estimular o investimento (de forma a aumentar a capacidade produtiva) (ARAUJO, 2021a). O ciclo ideológico “autoritário” do desenvolvimentismo se desenvolvia – com perdão do trocadilho. Vale mencionar que neste período os fluxos de capital se intensificam em direção ao país, principalmente de capitais financeiros também a partir do mercado de eurodólares, formado em 1968.

Se entre 1968 e 1973 o Brasil cresceu a exorbitantes taxas de crescimento – o PIB cresceu em média 11% a.a. e a inflação chegou a 15% em 1973 (ARAUJO, 2021b) –, o período seguinte seria mais conturbado. Questões internacionais nos padrões de acumulação alcançaram o país em 1973, com o primeiro choque do petróleo, o que levou a uma curta interrupção dos fluxos de capital para o Brasil em um momento que já se encontravam sinais de desaceleração no crescimento (ESPÓSITO, 2016), pondo um fim ao período do “milagre”. Se em um primeiro momento o mercado financeiro internacional fica abalado, a liquidez retorna pouco tempo depois com a entrada dos petrodólares em cena.

O Governo Geisel, em resposta, formula o II PND, que objetivava “completar o sistema industrial”, além de “solucionar o problema do estrangulamento externo, que era visto como

---

anteriores – em tempos de inflação crescente –, adicionado de uma taxa arbitrária de produtividade do período e acrescido da “*metade da inflação programada pelo governo para o ano seguinte*” (RESENDE, 2021, p. 200, grifos do autor). Fica claro que o resultado do período foi um processo de concentração de renda – que serviu aos propósitos da acumulação e desenvolvimento do país. Sobre crítica à teoria da espiral salário-preço, ver Roberts (2022).

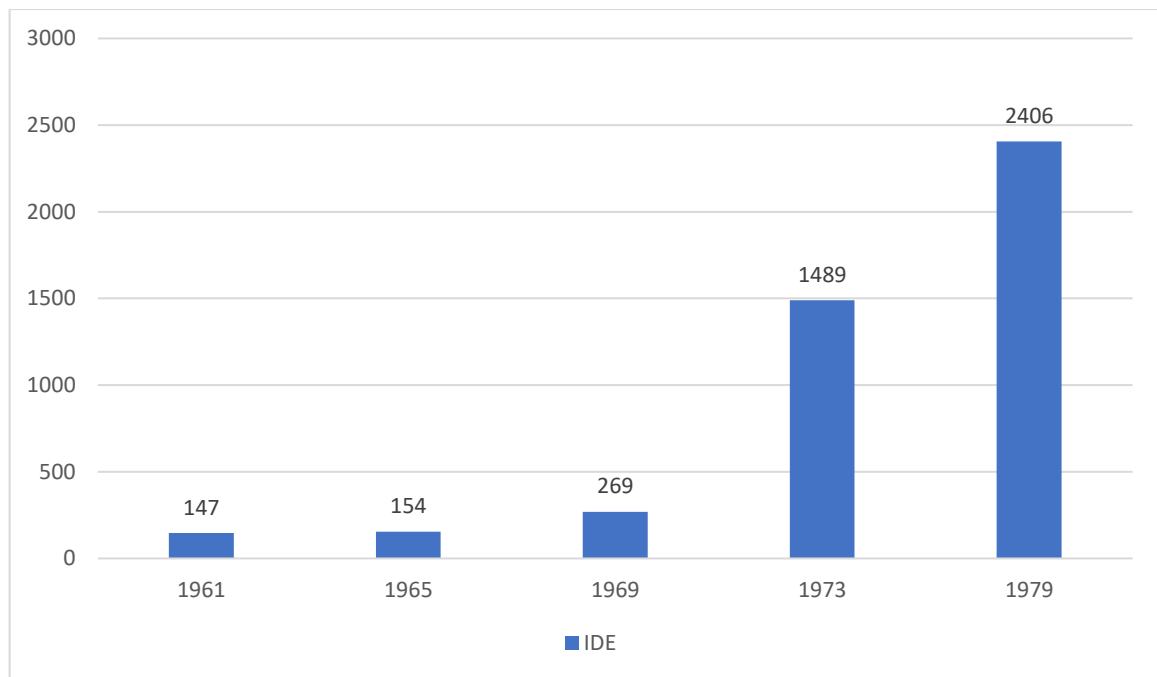
uma consequência do fato do setor exportador ainda ser dependente de produtos primários” (ESPÓSITO, 2016, p. 129). Bens intermediários e de capital seriam alvo deste plano. A forma de financiamento, contudo, inseria o país ainda mais no contexto da dependência: esta seria “por meio da conexão ainda mais intensa e dependente do sistema financeiro brasileiro, recém-formado, ao novo sistema financeiro internacional regido pelo Euromercado, que daria origem à mundialização financeira” (FRANCA; CAMPOS, 2022, p. 140). Novos empréstimos eram tomados, e o discurso oficial era da necessidade desse endividamento (poupança externa) para o país se desenvolver (FRANCA; CAMPOS, 2022) – vê-se, aqui, a importância da ideologia do desenvolvimentismo, que justificava o aumento da dependência e vulnerabilidade externa de forma a, então, realizar, politicamente, um processo de desenvolvimento (histórico) para alcançar o desenvolvimento (enquanto horizonte utópico). Não é à toa que a dívida externa brasileira vai “de US\$ 3,2 bilhões em 1964, para US\$ 6,2 bilhões em 1970, chegando a US\$ 25,11 bilhões em 1975 [...] e em 1985 já superava os US\$ 105 bilhões” (FRANCA; CAMPOS, 2022, p. 141) – com grande parte dessa dívida no setor estatal.

A situação se agrava no final da década, quando um novo choque do petróleo abala o globo. Em resposta, Paul Volcker, então presidente do FED, aumenta vertiginosamente as taxas de juros *prime* nos Estados Unidos da América (EUA), em 1979, evento conhecido como “choque de juros Volcker”. Esse processo rebaterá fortemente nas economias latino-americanas, visto que suas dívidas externas se baseavam em juros variáveis. O colossal aumento da dívida nestes países em decorrência dos eventos ocorridos no final da década levará ao que se convencionou chamar de “crise da dívida externa”, iniciada com a moratória do México, em 1982. Sua consequência foi a interrupção dos fluxos de capital para países como o Brasil, afetando negativamente o balanço de pagamentos dos países e gerando crises cambiais (ESPÓSITO, 2016) – o resultado disso foi a volta do processo inflacionário com enorme força. Ainda, segundo Espósito (2016), outro efeito da crise dos anos 1980 foi uma reformulação dos vínculos dos IDEs com os espaços nacionais, que tornava os centros econômicos de decisão cada vez mais solapados frente ao capital transnacional. Desenvolve-se, aqui, as bases daquilo que Furtado (1982) chama de “nova dependência”, a partir da articulação do monetarismo com a transição nos padrões globais de acumulação – o neoliberalismo ganhava forças para se tornar a ideologia hegemônica.

### 2.3. A INDUSTRIALIZAÇÃO E A DEPENDÊNCIA: SOBRE CICLOS E POTÊNCIAS

O período de 1950 a 1980 foi de alto crescimento, e não à toa Castro (2012b) denomina este período de “convenção do crescimento”. No entanto, as altas taxas de inflação – e em tendência crescente a partir de 1970 – foram um fato do período, e o estoque da dívida externa bruta do país já alcançava US\$ 100 bilhões em 1983 (FRANCA; CAMPOS, 2022). Isso não é inesperado quando se analisa o crescimento dos fluxos de IDEs no país (Tabela 2.2): mais que dobrou entre quinquênios 1951-1955 e 1956-1960: de US\$ 350 milhões para US\$ 743 milhões. O gráfico 2.1 explicita os dados sobre IDEs no país para o restante do período, onde podemos ver que, em 1979, o volume total do fluxo de IDE no país chegou a US\$ 2,406 bilhões:

**Gráfico 2.1. Fluxos de investimento direto estrangeiro no país, US\$ milhões em preços correntes**



Fonte: Franca & Campos (2022, p. 134).

A ótica desenvolvimentista não deixou de ter forças no período, vide a formulação do II PND. A perspectiva era superar os gargalos da produção e a dependência externa, mas o caminho adotado foi justamente a intensificação desta dependência. A justificativa para essas ações advém da ideologia do desenvolvimento que impregnava o pensamento político e econômico no Brasil: a possibilidade de convergência com os centros, que Furtado (1974) decreta como um mito:



Se deixamos de lado as conjecturas e nos limitamos a observar o quadro estrutural presente do sistema capitalista, vemos que o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre um centro [...] e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a agravar-se. Com efeito: a crescente hegemonia das grandes empresas, na orientação do processo de acumulação traduz-se [...] nas economias periféricas, por um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população. (FURTADO, 1974, p. 69).

A perspectiva de que a convergência é possível é, segundo Furtado (1974), incabível, a partir da observação do movimento do desenvolvimento do sistema capitalista. A ideia de difundir a forma de desenvolvimento dos países centrais para o resto do mundo é, para o autor, impossível, visto que a destruição da natureza e do mundo que seriam decorrentes deste processo levariam a vida humana ao colapso; deste modo, “o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria” (FURTADO, 1974, p. 75). Assim, o autor entende que o desenvolvimento econômico – entendido como alcançar os patamares dos países centrais – no caso dos países periféricos é um devaneio (FURTADO, 1974).

Se o Plano de Metas foi um período de auge daquele ciclo do desenvolvimentismo – e foi financiado, em grande medida, pelo capital estrangeiro, justificado também pela ideologia do desenvolvimento –, neste o II PND demarcou outro ponto de máximo, mas que rapidamente se desfez – e não voltou a incentivar nossos ciclos ideológicos do desenvolvimentismo.

Já no final da década de 1960, Espósito (2016) indica que o crescimento do endividamento externo brasileiro se deu via empréstimos em moeda, possibilitado pela enorme liquidez do mercado financeiro internacional. Em especial, menciona a lei 4.131 – modificada em agosto de 1964 pela Lei 4.390 - como importante para o fortalecimento do ingresso do capital estrangeiro no país. Esta lei incluía os “reinvestimentos na base do cálculo das remessas de lucro e o aumento da alíquota de tais remessas de 10% para 12%. [...] permitiu-se a contratação de empréstimos em moeda estrangeira obtida de maneira direta pelas empresas sediadas no país” (ESPÓSITO, 2016, p. 109). Esses mecanismos possibilitaram um maior fortalecimento do capital estrangeiro no país e intensificaram a dependência externa, na medida em que os empréstimos pesavam o passivo externo do país, e a maior liberdade de remessas contribuía para a acumulação de capital nos padrões transnacionais; em contrapartida, o capital, mais móvel, voltava mais facilmente para a matriz, não contribuindo assim para o processo de industrialização no Brasil. A possibilidade de empréstimo externo de filiais estrangeiras no país aumentava seu poderio dentro do país, pois mais facilmente tinham acesso aos canais de transmissão de capital frente ao capital privado nacional.

Segundo Furtado (1982), no começo da década de 1980 o serviço da dívida externa brasileira (juros e amortizações) absorvia cerca de 80% das receitas de exportações, e era três vezes o volume das divisas do Banco Central. Para o autor, esse processo de crescimento do estoque de dívida começa já na década de 1960, também com a instituição do Banco Central<sup>18</sup>:

A reforma do sistema bancário, introduzida pela lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, completada pela lei do mercado de capitais (4.728) de julho do ano seguinte, deveria modificar a estrutura da intermediação financeira de forma a permitir um efetivo controle desta. [...] Afastado o obstáculo da Lei da Usura e introduzido o regime de correção monetária, os ativos financeiros se faziam bem mais atrativos. (FURTADO, 1982, p. 26)

[...] Já em 1972, a captação de recursos fora do país, destinados a repasse às empresas, representava mais de duas vezes os recursos próprios (capital + reservas) desses bancos. (FURTADO, 1982, p. 27).

O próprio II PND contribuiu para o aumento do endividamento e intensificação da dependência externos. Se, por um lado, pretendia-se completar a industrialização a partir do enfoque em bens intermediários e de capital, setores que ficaram atrasados com a industrialização desequilibrada proveniente do “milagre”, por outro objetivava-se resolver a questão do estrangulamento externo a partir da fortalecimento de setores exportadores de manufaturados (FURTADO, 1982). Certamente, o capital transnacional estava presente nesse processo:

Se numa primeira fase a penetração dessas empresas fez-se em função da ampliação do mercado interno, nesta segunda caberia a elas colaborar na reciclagem dos sistemas industriais periféricos a fim de fazê-los competitivos internacionalmente. Por esta forma, estendeu-se às economias periféricas o processo de integração transnacional das atividades produtivas há muito em curso nos países centrais. (FURTADO, 1982, p. 126).

Espósito (2016) elenca algumas razões para a perspectiva esperada de desenvolvimento não ter sido alcançada. Primeiro, “ainda que o capital internacional fosse minoritário nas *joint-ventures*, seu poderio econômico e tecnológico se sobrepôs à estrutural fraqueza da empresa privada nacional” (ESPÓSITO, 2016, p. 130). Segundo, a dinâmica industrial era levada à cabo pelos setores de bens de consumo duráveis e de capital, controladas pelo capital transnacional, e terceiro, a própria dependência em relação ao financiamento externo (ESPÓSITO, 2016).

Se nossa argumentação está correta, ou seja, se a dependência externa aumentou no período a partir da constante necessidade de fluxos de IDEs para equilibrar o balanço de pagamentos, o que gerou um estoque cada vez maior de dívida a partir das necessidades de

---

<sup>18</sup> A Lei 4.595 organizou o sistema financeiro nacional, extinguiu a SUMOC e criou em seu lugar o Conselho Monetário Nacional (CMN). A Lei 4.728 disciplina e regulamenta o mercado de capitais. A Lei da Usura limitava os juros nominais anuais em 12%.

pagamentos de serviços e amortizações, estava colocada em questão a reversão neocolonial (SAMPAIO JR, 2020) que, se naquele momento se apresentava enquanto potência, já na virada da década de 1980 para 1990 aparecia enquanto efetividade. Não se completou, deste modo, aquele sistema econômico e industrial nacional, que de fato articulasse as indústrias do país, necessário para a conformação da nação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A industrialização realizada no período foi frágil e dependente, o que foi evidenciado pela sua dependência financeira e tecnológica. Os centros nacionais de comando foram com o tempo solapados, principalmente a partir do segundo choque do petróleo e do choque de juros Volcker, que, com a moratória do México, decretariam o esgotamento do processo de industrialização brasileiro e do ciclo ideológico do desenvolvimentismo autoritário. Se o eixo dinâmico da economia foi, por parte do período analisado, interiorizado, já a partir da década de 1970 a perspectiva de evolução do setor externo buscaria modificar esse fato. O setor industrial, que vinha se construindo de maneira desequilibrada, passaria a ser desarticulado e desmontado no final da década de 1980 com a introdução do neoliberalismo. Vale mencionar, ainda, que apesar de, em teoria, a ISI necessitar ser simultânea em todos os setores industriais (TAVARES, 2000), em realidade os maiores planos de industrialização do país foram setoriais, onde o Plano de Metas, a partir de 1956, focou nos bens de consumo duráveis, e o II PND, a partir de 1974, teve como prioridades bens intermediários e de capital. Nesse sentido, a industrialização brasileira demonstrou-se etapista.

Ainda, durante todo esse período a industrialização e a modernização foram calcadas na mimetização de padrões de consumo trazidos dos países centrais, sem apreciação crítica das necessidades da população – isso explica o desenvolvimento de uma indústria automobilística em um país em que o Nordeste ainda subsistia com secas constantes<sup>19</sup>. A ideologia do desenvolvimento, que no Brasil assumiu a forma do desenvolvimentismo, justificou e possibilitou essa industrialização dependente e periférica, ancorada no capital externo e no endividamento, passível de reversão – que logo se concretizaria.

---

<sup>19</sup> Furtado sempre teve olhar atendo para o Nordeste e seu “atraso” relativo frente ao Centro-Sul. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi uma instituição criada em 1959 por Celso Furtado, cujo objetivo era “dar ao governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos novos objetivos” (FURTADO, [1959] 2013, p. 344). Para uma visão mais atenta de Furtado sobre o tema, ver (FURTADO, 1981), onde o autor reflete sobre os aspectos de uma política que vise diminuir a desigualdade e heterogeneidade estrutural e social do Nordeste.

As consequências sociais deste processo não podem ser esquecidas. O aumento da segregação social interna foi latente a partir do movimento de concentração de renda que o país viveu, levando a aumentos consideráveis da desigualdade (HADLER, 2009) – mesmo que tenha ocorrido aumento absoluto na renda das parcelas mais vulneráveis da população. A superexploração<sup>20</sup> da força de trabalho foi – e ainda é – uma constante no período, principalmente ao não se difundir o progresso técnico de forma a quebrar os nexos de dominação; ao contrário, reforça-se a dupla articulação existente (SAMPAIO JR, 1999b).

Os dados relativos ao ingresso de IDEs no país e os níveis de endividamento externo expostos ao longo do capítulo demonstram a intensificação da dependência financeira do país, o que teria sua manutenção a partir de 1980 com a maior subordinação aos agentes financeiros internacionais e seus representantes, como o FMI, erodindo os centros nacionais de decisão (HADLER, 2009). A industrialização dependente, que Furtado chama de industrialização subdesenvolvida, ao não romper com a lógica da modernização dos padrões de consumo, mantém a acumulação de capital descompassada com a formação de um mercado interno, a partir da concentração de renda e da impossibilidade da maior parcela da sociedade de ingressar no mercado interno senão como consumidores de bens de subsistência (SAMPAIO JR, 1999b)

A década de 1980 traria uma guinada na ideologia dominante. Os padrões de acumulação do capitalismo mundial se transformariam a partir da crise de sua “era de ouro”. Eventos como a reestruturação produtiva e o fortalecimento das CGV são movimentos que se deram com a ascensão da ordem neoliberal. Para os países centrais, relega-se a função de provisão de serviços digitais e de alta intensidade tecnológica; para os países periféricos, como a América Latina, sobra a perspectiva de servirem de celeiro mundial – os movimentos de reprimarização da pauta exportadora e desindustrialização são resultado dos efeitos do neoliberalismo frente a uma industrialização dependente. Entende-se, deste modo, que a janela de “superação do subdesenvolvimento” nunca esteve de fato colocada, visto que a própria industrialização brasileira era um movimento frente aos padrões globais de acumulação do período. Quando estes padrões mudam, a industrialização é revertida.

---

<sup>20</sup> Não se entende, aqui, superexploração conforme a TMD explica, ou seja, uma ruptura da lei do valor nas economias subdesenvolvidas cuja manifestação se dá no pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor – ou seja, salários mais baixos –, de forma a manter o padrão de acumulação interno articulado ao capitalismo global (MARINI, 1990). A superexploração, no sentido utilizado neste trabalho, é decorrente da comparação dos níveis de exploração das formações econômicas periféricas e dependentes em relação às centrais, onde a intensidade da exploração é massiva desde o período escravista, mesmo com aumento da produtividade do trabalho.

### **3. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: SOBRE REVERSÕES E CONTINUIDADES**

#### **INTRODUÇÃO**

Toda a argumentação construída até então neste trabalho, desde o embasamento teórico e elucidação das categorias utilizadas até a reconstrução histórica observando aspectos específicos, serviu para defender a existência de uma industrialização dependente no Brasil dentro de um contexto de capitalismo dependente, cujos nexos podem se demonstrar a partir das formas de financiamento e associação ao capital estrangeiro, de maneira intencional – enquanto criações institucionais como a Instrução 113 da SUMOC – ou não – a partir de uma inserção a priori em um mercado mundial com padrões de acumulação fora das possibilidades de transformação por parte dos países periféricos.

A razão de ser desse percurso foi atentar para a possibilidade de reversão neocolonial que se colocava a partir destas condições (SAMPAIO JR, 1999b), com uma construção industrial frágil, cuja integração se dava intermediada pelo capital estrangeiro, com os centros nacionais de decisão cada vez mais erodidos com os problemas macroeconômicos e sociais oriundos do processo histórico de desenvolvimento brasileiro – alta inflação, desigualdade social com alta concentração de renda e segregação interna – e com um eixo dinâmico interiorizado, porém concentrado nas elites econômicas. A desindustrialização seria, portanto, um resultado histórico em potência, que se efetivaria a partir dos anos 1990 a partir da introdução do neoliberalismo – que começaria, no entanto, já no governo de José Sarney, a partir de 1985 – e que continua até os dias atuais. Busca-se, neste capítulo, além de discorrer sobre a temática da desindustrialização, montar controvérsias sobre a problemática.

#### **3.1. A CONVENÇÃO DA ESTABILIDADE: SOBRE NEOLIBERALISMOS**

Se o período de 1930 a 1980 foi conceituado por Antônio Barros de Castro (2012b) como a “convenção do crescimento” dado os seus altos índices de crescimento do produto, o período de 1980 em diante é conceituado pelo autor como a “convenção da estabilidade” (CASTRO, 2012a) por conta da enorme preocupação com o controle inflacionário e das contas públicas, e pelo baixo dinamismo da economia no período.

Com o segundo choque do petróleo e o choque de juros Volcker, as economias dependentes passaram a se deparar com um enorme problema de financiamento. Isso porque os

fluxos de capital, entre vendo uma perspectiva de crise, minguaram e se direcionaram aos países centrais, presumidamente com rentabilidade mais segura. Além disso, o enorme salto na dívida externa dos países periféricos indicava uma incapacidade de solvência dessa dívida. O Brasil, como se sabe, foi um dos países atingidos por esses fenômenos do capitalismo globalizado. Com temor de os países devedores não pagarem, houve pressão internacional para que aqueles países passassem a adquirir elevados superávits comerciais de forma a transferir os recursos reais ao exterior e pagar a dívida (ESPÓSITO, 2019).

A situação se agrava quando o México declara a moratória de sua dívida externa em 1982. A partir de então, passa-se a chamar a crise que se intensificava de “crise da dívida externa”. Com graves problemas de financiamento e sucessivos déficits nas contas externas, o câmbio e a inflação brasileiros passavam a se descontrolar. No ano de 1984, último ano antes da transição democrática no país, a inflação alcançava, anualmente, cerca de 250% (CARNEIRO NETTO; MODIANO, 2014). Neste período, houve intensa pressão do FMI para ajustes externos de forma a cumprir o pagamento das dívidas que o Brasil adquirira. (CARNEIRO NETTO; MODIANO, 2014). Segundo Espósito (2019),

O FMI também teve papel fundamental para imporem ao Brasil esse processo de transição: se os ajustes pelo lado da demanda eram centrais para a geração dos saldos comerciais necessários para a transferência de recursos ao exterior, os ajustes pelo lado da oferta eram estratégicos para a inserção do país no novo padrão de acumulação. (ESPÓSITO, 2019, p. 164)

A tabela 3.1 demonstra os saldos do balanço de pagamentos entre 1983 e 1985, e a tabela 3.2 traz os dados da composição da dívida externa do país.

**Tabela 3.1. Saldo do balanço de pagamentos (em US\$ milhões)**

	1983	1984	1985
<i>Transações correntes</i>	- 6733,03	94,91	- 284,34
<i>Conta capital e financeira</i>	7418,76	6529019	196,56
<i>Erros e omissões</i>	- 699,94	402,60	- 404,82
<i>Resultado do balanço</i>	- 24,2	7026,70	- 456,60

Fonte: Ferreira (2021, p. 352).

**Tabela 3.2. Endividamento externo (em US\$ milhões) e composição da dívida externa**

	1983	1984	1985
<i>Dívida externa bruta</i>	93.745,00	102.127,00	10.171,00
<i>Dívida externa líquida</i>	89.182,00	90.132,00	93.562,60
<i>Reservas</i>	4.563,00	11.995,00	11.608,60
<i>Dívida Externa Líquida / Reservas</i>	19,5	7,5	8,1
<i>Dívida externa registrada<sup>21</sup></i>	81.319,10	91.091,00	95.857,00
<i>% dívida privada</i>	25,9	21,2	17,9
<i>% dívida pública</i>	7401	78,8	82,1

Fonte: Ferreira (2021, p. 347-350)

Nos termos de geração de superávits comerciais, o Brasil foi bem-sucedido, de forma que se reduziu a taxa de endividamento externo brasileiro; no entanto, houve um processo de compra da dívida externa privada pelo setor público – o chamado processo de “estatização da dívida”. Deste modo, o endividamento do setor público crescia, fragilizando-o. (ESPÓSITO, 2019). Deu-se um enorme declínio do investimento público e privado a partir do cenário de incerteza no país, e a indústria de transformação, principalmente nos setores de meios de produção, ficou estagnada (ESPÓSITO, 2019).

Além da questão da dívida externa, que apesar de ter sido reduzida neste período – e a parcela da dívida do setor público ter aumentado –, uma questão importante a ser colocada é a mudança do padrão de vinculação do capital internacional no espaço econômico nacional através da mudança nos padrões internacionais de acumulação que se operava: “com o avanço na transnacionalização do capital, a internacionalização do mercado interno na periferia deixava de ser estratégica para as transnacionais, que passaram progressivamente a fragmentar a produção em escala global.” (ESPÓSITO, 2019, p. 163-164).

Como já foi dito, a inflação anual atingia cerca de 250% em 1984 e alcançava 416%, pelo Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI), em 1987, já no governo de José Sarney (PINTO, 2021). Houve, desde o início da década, um debate sobre as causas da inflação, onde se fortalece a tese de inflação inercial no país e da necessidade da desindexação da economia, o que guiaria os planos de estabilização inflacionária dos anos seguintes

Os planos Cruzado, de 1986, Bresser, de 1987 e Verão, de 1989, seguiram a proposta dos “choques heterodoxos”. Para a posição da inflação inercial, a indexação de preços e

<sup>21</sup> Dívida externa registrada conforme os tipos de empréstimos.

principalmente salários no topo do período de reajuste levaria a retroalimentação da inflação, e, portanto, o ideal seria o reajuste com o valor médio, entendido como de equilíbrio. (CASTRO, 2011). No entanto, os planos fracassaram e a inflação não arrefeceu, alcançando a casa dos 1.783%, em 1989 (PINTO, 2021).

É nesse contexto que se pode pensar a introdução do neoliberalismo no Brasil: a busca pela estabilização inflacionária às custas do crescimento econômico sem atacar a raiz do problema – a dependência e vulnerabilidades externas, que neste momento agiam via câmbio, desestabilizando o país com a hiperinflação. Ao longo de quase todo o governo de José Sarney, excetuando o último ano, (1985-1989), o PIB teve um crescimento médio de 4,38% (PINTO, 2021), frente a um crescimento anual médio de 7,4% entre 1930 e 1980 (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2013). A transferência de recursos para o exterior, que se intensificou no início da década de 1980, continua no governo Sarney, donde, entre 1985 e 1989, 70% dos US\$ 67,3 bilhões de superávit comercial acumulados eram equivalentes ao pagamento de juros (PINTO, 2021).

É interessante notar que, no governo Sarney, apesar dos ajustes macroeconômicos realizados, a lucratividade do setor industrial e do setor bancário aumentou entre 1987 e 1989, alcançando patamares acima de 1985: em 1989, a taxa de lucro (lucro líquido / patrimônio líquido) das 500 maiores empresas não financeiras estava em 14%, e os grandes bancos privados alcançavam 17,2% de taxa de lucro (PINTO, 2021). Ao mesmo tempo, a dívida externa privada era “comprada” pelo Estado.

Ainda sobre a introdução do neoliberalismo no Brasil, o Plano Cruzado, colocado em prática em 1986, além da efetivação de um congelamento de preços para combate à inflação, comprometeu-se com a austeridade fiscal a partir

[...] da elevação da taxa real de juros (que aumentou de 5,8% em 1984, para 15,1%, em 1985) para, por um lado, inibir a demanda agregada e, por outro, estimular a ampliação do financiamento do déficit público de forma não inflacionária por meio de lançamento de títulos públicos no mercado [...]. (PINTO, 2021, p. 366).

Os planos Bresser e Verão seguiram na mesma direção. O endividamento externo brasileiro seria suavizado com o Plano Brady, de 1989, que era uma proposta de securitização da dívida externa dos países da América Latina, diminuindo-as em cerca de 20%.

A ascensão de Fernando Collor de Mello à Presidência da República, em 1990, foi mais um passo na direção do neoliberalismo. Medidas muito importantes para a liberalização da economia e a inserção do Brasil no novo padrão de acumulação global à partir da reestruturação produtiva foram a abertura financeira e a abertura comercial iniciadas neste governo; e é a partir



destes processos que o Brasil reingressa no mercado global de capitais, e os fluxos de capital voltam a ser abundantes no país (BASTOS; FERRAZ, 2021). É de se atentar, conforme Espósito (2019), à mudança no caráter desses fluxos de capital, que se tornam de curto prazo e cada vez mais financeiros. Outro fator importante para o retorno dos fluxos de capitais ao Brasil foram as pressões liberalizantes provenientes da Rodada do Uruguai, organizada pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (ESPÓSITO, 2019).

Além disso, houve neste governo o chamado “choque liberal”, que se tratava de um “ajuste recessivo, com altas taxas de juros, câmbio desvalorizado e sequência de ‘pequenos tarifaços’ visando aliviar as contas das estatais” (BASTOS; FERRAZ, 2021, p. 401). O chamado Programa Nacional de Desestatização – cuja sigla, PND, fazia clara e irônica alusão ao PND e II PND adotado pelos militares – buscava diminuir o tamanho do Estado na economia por meio de privatizações, e este plano foi institucionalmente fundamental para as privatizações que ocorreram no governo Itamar Franco e FHC. O neoliberalismo se inseria no Brasil, assim, também a partir das “políticas de câmbio, monetária, comercial” que se adaptavam “ao novo padrão de internacionalização do capital” (ESPÓSITO, 2019, p. 166).

Apesar das tentativas de controle inflacionário também colocadas em prática no governo Collor – Plano Collor e Plano Collor 2 –, o descontrole dos preços continuava. Apenas no governo de Itamar Franco que foi possível estabilizar a inflação, a partir da formulação e implementação do Plano Real, com FHC sendo o principal nome ligado ao plano – o que o rendeu dois mandatos presidenciais. O Plano Real propunha três caminhos para a estabilização: primeiro, a adoção do Plano “Larida” a partir da “criação de uma unidade de conta atrelada ao valor da inflação, Unidade Real de Valor”, de onde foi possível uma “transição tranquila em termos de estrutura de preços” (BASTOS; FERRAZ, 2021, p. 411); segundo, um mecanismo de âncora cambial, embasada em um regime de câmbio fixo e apreciado em 15%; e terceiro, uma política de austeridade fiscal<sup>22</sup> (BASTOS; FERRAZ, 2021). Conforme afirma Sampaio Jr. (2017), o significado substantivo do plano real foi ter consolidado, mesmo que ao longo do tempo fossem feitas mudanças, o “neoliberalismo à brasileira” ao instituir este tripé de política macroeconômica e, ao mesmo tempo, solidificar um outro tripé conformado pela abertura comercial, abertura financeira e privatizações.

Com a vitória nas eleições presidenciais de 1994, FHC assume em 1995 com o compromisso de manter a inflação sob controle, e o faz com sucesso. No entanto, FHC coloca na pasta da Fazenda Pedro Malan, e no Banco Central alterna entre Persio Arida, Gustavo

---

<sup>22</sup> Bastos & Ferraz (2021) colocam em xeque a tese de que o ajuste fiscal foi necessário para a estabilização inflacionária, visto que o resultado primário do período foi em grande parte negativo.

Loiola e Gustavo Franco, todos ligados ao ideário neoliberal (ARAUJO; GENTIL, 2021a). Intensifica-se a liberalização neste governo, a partir de políticas de austeridade fiscal e de privatizações, como no caso da Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), (ARAUJO; GENTIL, 2021a), e dos Bancos Estaduais, no segundo governo FHC (ARAUJO; GENTIL, 2021b).

Segue-se, aqui o receituário neoliberal pensado no Consenso de Washington<sup>23</sup>. Novas medidas de abertura comercial e financeira foram realizadas (ESPÓSITO, 2019), além do tripé macroeconômico inserido no segundo governo FHC – metas de inflação, metas fiscais e regime de câmbio flutuante -, somado à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – que definia regras de ajuste fiscal para a União, estados e municípios, limitando despesas com pessoal e demandando metas de resultados fiscais (ARAUJO; GENTIL, 2021b). O neoliberalismo, desta forma, entrou de forma sorrateira na institucionalidade econômica do país, com a justificativa de ser formas de manutenção da baixa inflação, quando essas medidas serviam de fato para a manutenção e intensificação do neoliberalismo e da erosão da possibilidade de controle da economia por parte do Estado brasileiro, às custas do crescimento econômico em grande parte do período seguinte.

Ao longo de todo governo FHC, foram mantidas as taxas de juros bastante altas; “esse modelo retirava da política fiscal a capacidade de amenizar as fases recessivas do ciclo econômico [...] incluindo os efeitos desaceleradores da política de atração de capital externo, calcada na manutenção de juros altos” (ARAUJO; GENTIL, 2021b, p. 450). O neoliberalismo, portanto, consolidava-se no país, intensificando a – e se rendendo à - dependência para com o capital estrangeiro – nada diferente do que FHC e Faletto desejavam (CARDOSO; FALETTO, 1984).

É nesse contexto de baixo crescimento, intensificação do neoliberalismo e queda da produção industrial que a desindustrialização se manifesta. Segundo Espósito (2019), o setor industrial entra em grave crise, mas “não se tratou apenas da interrupção da industrialização, mas do desencadeamento de um movimento de reversão. A realidade passou a ser a desindustrialização” (ESPÓSITO, 2019, p. 167).

---

<sup>23</sup> “O termo, criado pelo economista John Williamson, referia-se a um conjunto de reformas partilhadas pelas agências multilaterais sediadas em Washington, que contavam com a adesão de economistas liberais de diversas tradições teóricas, além do apoio da Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos da América. Williamson sistematizou as reformas, que podem ser agrupadas em três grandes diretrizes: (1) reformar e reduzir o Estado, por meio da redução do gasto público e das privatizações; (ii) abertura comercial; e (iii) abertura financeira” (ARAUJO; GENTIL, 2021, p. 427).

### 3.2. REVISITANDO O DEBATE: SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÕES E O BRASIL

A desindustrialização é um fenômeno que acomete diversos países, inclusive o continente europeu. A desindustrialização que surge nos países centrais se deu, historicamente, quando estes alcançaram certos patamares em indicadores socioeconômicos empiricamente definidos (renda *per capita* e emprego industrial relativo ao emprego total, por exemplo); e esta desindustrialização pode até ser vista como positiva para alguns autores, no sentido de que aparece enquanto um fenômeno natural da economia (ALVES-PASSONI, 2019). Rowthorn & Ramaswamy (1999, p. 4, itálicos nossos, tradução livre) dizem que, “[...] de acordo com [Colin] Clark [(1957)], a desindustrialização em economias avançadas seria uma consequência *natural* na mudança da demanda saindo das manufaturas em direção aos serviços”. Mais adiante no mesmo texto, os autores concluem de maneira similar:

A principal conclusão deste artigo é que a desindustrialização é explicada principalmente por fatores que são internos às economias avançadas – ou seja, como resultado das interações entre *as mudanças nos padrões de preferência entre manufaturados e serviços*, o crescimento de produtividade nas manufaturas mais acelerado quando comparado aos serviços, e o declínio relativo dos preços das manufaturas a isso associado (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999, p. 22, itálicos nossos, tradução livre).

Pode-se perceber, nos três autores, que se pensa o fenômeno da desindustrialização também a partir de uma perspectiva de “escolhas” ou preferências dos consumidores, apesar de Rowthorn & Ramaswamy (1999) elencarem também o maior crescimento da produtividade e menores preços dos manufaturados em relação aos serviços. O que se coloca, por outro lado, é que se entende a desindustrialização, nos países centrais a partir desta perspectiva, como fenômenos naturais ou processos internos dada a dinâmica econômica. Não se coloca em questão aspectos políticos ou “exógenos” – no sentido de estar fora do âmbito puramente econômico (e idealista).

Contudo, pensar no caso dos países periféricos, e no caso deste trabalho, pensar no caso do Brasil, é bem diferente. A forma de inserção destes países no capitalismo global os torna muito mais vulneráveis a estímulos externos que os países “desenvolvidos”. Ainda, estes países periféricos que passaram pela desindustrialização não atingiram os níveis dos indicadores – novamente, empiricamente definidos – que os países centrais atingiram antes de desindustrializar. Não à toa, busca-se outras formas de pensar a desindustrialização nos países periféricos, e uma dessas formas é a “desindustrialização prematura”. A desindustrialização prematura ocorreria nos países de renda média ou baixa, com menores participações das

manufaturas no produto e menores níveis de PIB *per capita* que esperar-se-ia a partir dos padrões internacionais, derrubando-os na hierarquia das CGV e reduzindo as possibilidades de aumento de produtividade (TREGENNA; ANDREONI, 2020).

Outra forma de pensar a desindustrialização é a partir da ideia de “doença holandesa”. A doença holandesa originalmente significava “a apreciação da taxa real de câmbio resultante de um *boom* na exportação de *commodities*” (PALMA, 2014, p. 14). No entanto, segundo Palma (2014), o conceito se expandiu e pode indicar outras questões referentes a recursos naturais. Desse modo, nesta visão, a desindustrialização que teria acometido países após a descoberta de recursos minerais seria decorrente da doença holandesa, visto que, se por um lado levaria a um aumento da renda e do emprego, por outro diminuiria o setor não-mineral comercializável (PALMA, 2014). No Brasil, defensores dessa tese, como Bresser Pereira & Marconi (2010), argumentam que o *boom* das *commodities* que surgiu nos anos 2000 intensificaram um processo de doença holandesa no país – que teria se iniciado nos anos 1990 - e que poderia levar o país à desindustrialização: “[h]á uma indicação do processo de desindustrialização brasileiro causada pela doença holandesa que é o crescimento menor do PIB da indústria brasileira quando comparado com o crescimento do PIB industrial de outros países em desenvolvimento.” (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2010, p. 18).

No Brasil, de maneira geral, podemos dividir duas visões majoritárias sobre a problemática da desindustrialização: as visões ortodoxa e heterodoxa. Dentro de cada uma dessas visões gerais, não há um verdadeiro consenso sobre a temática e sobre seu recorte temporal (ESPÓSITO, 2017b). Na ortodoxia, desindustrialização costuma ser entendida como “a perda persistente da participação da indústria no PIB” (ESPÓSITO, 2017b, p. 141). A menção à doença holandesa é relativamente recorrente, conforme se pode ver em Bonelli et al (2013) e Bacha (2013).

A partir da comparação com os padrões internacionais, Bonelli et al (2013) entendem que a desindustrialização no Brasil teria começado na década de 1970 e continuaria até o momento em que o texto foi publicado, mas que seria menos intensa do que se costuma discutir na literatura; ainda, afirmam a existência de uma “doença soviética”<sup>24</sup> no Brasil – ou seja, uma participação industrial no PIB maior que o esperado dadas as normas internacionais – no

---

<sup>24</sup> O termo criado por si só denota uma forte carga ideológica, dando a entender que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) seria sobreindustrializada, a partir da “norma” internacional, quando o sistema econômico nem era o mesmo adotado na maioria dos países com ela comparados. Fora isso, chamar de doença um país ter uma indústria “forte” é digno das “robinsonadas” que Marx ([1867] 2017) acusa os economistas burgueses de sua época de cometerem. O melhor parece, então, relegar o país à produção primária intensiva em recursos naturais e força de trabalho, tal qual a teoria das vantagens comparativas pressupõe. (LAZZARINI; JANK; INOUE, 2013)

período em que se inicia a desindustrialização; donde “ela converge para o padrão normal” (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013, p. 71). A partir daí, o Brasil teria começado a padecer da “doença holandesa”. (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013). Aqui, subentende-se que parte da desindustrialização ocorrida foi parte de um processo natural: “[a] convergência ocorreu no período 1988-1993” (BONELLI; PESSOA; MATOS, 2013, p. 71).

Bacha (2013) analisa o papel do *boom* das *commodities* – ou seja, da bonança externa – para encontrar as causas da desindustrialização brasileira. Segundo o autor, a “principal conclusão do capítulo é que a queda da participação da indústria de transformação no PIB, de 18,1% em 2005 para 16% em 2011, pode ser bem explicada como uma consequência da bonança externa de que o País desfrutou no período” (BACHA, 2013, p. 115). A indústria teria padecido da doença holandesa (BACHA, 2013). O autor entende que a bonança externa “gera *naturalmente* um deslocamento da mão de obra da indústria para os serviços, provocando assim uma desindustrialização, conforme medida pela participação da indústria no PIB” (BACHA, 2013, p. 116, *itálicos nossos*).

Na literatura mais recentemente, é comum que os autores ortodoxos aceitem a presença da desindustrialização na economia brasileira. No entanto, a vertente ortodoxa costuma “subestimar” a desindustrialização ou, inversamente, o debate econômico superestima a desindustrialização brasileira, segundo os ortodoxos – e como se pode ver em Bonelli et al (2013) (ESPÓSITO, 2017b). Espósito (2017b, p. 142) chama atenção para o fato de que “esse diagnóstico [da desindustrialização], segundo eles, não implica necessariamente algo negativo”, de forma que sugerem “uma análise cautelosa para que não se caia em armadilhas e não se cometa equívocos realizados no passado, sobretudo em relação ao período de ‘substituição de importações’”.

Outro fator que contribuiria para a desindustrialização na perspectiva ortodoxa seria ainda a questão das vantagens comparativas, como em Lazzarini et al (2013) – donde se tira que investimentos em pesquisa para a produção de *commodities* agregaria maior valor, no caso brasileiro, do que se fosse investido no setor industrial (ESPÓSITO, 2017b). Por fim, os ortodoxos teriam críticas às políticas públicas brasileiras, que seriam inadequadas e levariam a uma diminuição da competitividade industrial brasileira, o que desembocaria na desindustrialização: como por exemplo, segundo Pastore et al (2013) o aumento do salário real teria aumentado o custo do trabalho no país<sup>25</sup>, desincentivando o investimento industrial e intensificando a desindustrialização (ESPÓSITO, 2017b).

---

<sup>25</sup> Para uma crítica desta tese, ver Oreiro & Marconi (2014).

Do outro lado da controvérsia sobre o tema, tem-se que no campo da heterodoxia, a desindustrialização seria a queda do valor industrial adicionado e do emprego industrial no total (ESPÓSITO, 2017b). Sonaglio (2013) e Nassif et al (2013) seriam exemplos dentro desta perspectiva. Segundo Sonaglio (2013), sua análise aponta uma tendência à reprimarização da pauta exportadora no país. Os bens industriais de baixa intensidade tecnológica perderam participação na pauta exportadora, o que seria problemático visto que são intensivos em trabalho e impactariam na questão do desemprego (SONAGLIO, 2013). Adicionalmente, o setor de alta intensidade tecnológica também teve baixa, de 12% no total exportado nos anos de 2000 e 2001 para 5,8% em 2008 (SONAGLIO, 2013).

A autora argumenta que a depreciação do Real em 1999 pode ter contribuído para o aumento nas exportações desse setor nos anos seguintes, e com a posterior apreciação cambial, as exportações teriam então diminuído. No entanto, “não é possível afirmar que essa mudança tem caráter estrutural e que a economia brasileira esteja sofrendo de ‘doença holandesa’”. (SONAGLIO, 2013, p. 98).

Nassif et al (2013), a partir do arcabouço teórico de Nicholas Kaldor e Anthony Thirlwall, concluem que

[...] embora tenha havido uma diminuição drástica da participação da indústria de transformação no valor adicionado total de 31,3% em 1980 para 14,6% em 2010, no entanto, houve uma realocação de recursos dos segmentos tradicionais (baseados em recursos naturais e intensivos em trabalho) para os mais tecnologicamente sofisticados (baseados em ciência, engenharia e conhecimento). [...] o nível de emprego não foi realocado da indústria de transformação para o setor de serviços entre 2000 e 2008. [...] analisando o *total* das exportações brasileiras, os produtos básicos superaram os bens manufaturados entre 2009 e 2010. (NASSIF; FEIJÓ; ARAÚJO, 2013, p. 62-62).

De fato, de acordo com os dados apresentados por Nassif et al (2013), a indústria de transformação, em 2000, tinha 12% de participação no emprego total, *versus* 12,7% em 2009. Os serviços, por outro lado, foram de 58,2% em 2000 para 62,1% em 2009, absorvendo excedente da agricultura, que foi de 22,3% em 2000 para 17,4% em 2009. Não se coloca aqui, no entanto, questões como qualidade do emprego, propriedade do capital das empresas empregadoras e existência ou não de vínculos formais.

Para os heterodoxos, utilizando-se de Kaldor, o setor manufatureiro é o “motor de crescimento” da economia pois neste setor há retornos crescentes de escala, encadeamento da cadeia produtiva, este setor difunde progresso tecnológico e possui “maior elasticidade-renda das exportações” (OREIRO; MARCONI, 2014, p. 25). Como para os heterodoxos a desindustrialização na periferia se dá com índices de renda *per capita* inferiores aos observados nos países centrais e com baixos índices de crescimento econômico, conclui-se que, para estes

autores, nenhum setor assumiu o posto de “motor” do crescimento (ESPÓSITO, 2017b). Seria o caso da industrialização prematura, ou precoce. Outros aspectos são observados por parte da heterodoxia, como as altas taxas de juros no Brasil, o baixo investimento, “a mudança no padrão do investimento externo [...] e a pouca efetividade e uma política industrial, verificados no período” (ESPÓSITO, 2017b, p. 148). Essa mudança no padrão do investimento externo seria o deslocamento de investimentos produtivos para o capital financeiro e/ou fictício. Para os autores desta vertente, a origem da desindustrialização seria a adoção do neoliberalismo, na década de 1990 (ESPÓSITO, 2017b).

Verghnanini (2013) elenca quatro perspectivas para a reflexão da problemática da desindustrialização: i) a vertente ortodoxa, que entende desindustrialização como “o fenômeno natural do processo de desenvolvimento econômico nas economias avançadas”, aonde “a redução do valor adicionado da indústria de transformação (IT) no PIB deve-se às maiores taxas de produtividade do setor manufatureiro e às mudanças no padrão de demanda a favor dos serviços” (VERGNHANINI, 2013, p. 5-6); ii) a abordagem neodesenvolvimentista, que é aquela que percebe a desindustrialização como “fenômeno da queda da participação do valor adicionado e do emprego industriais nos respectivos totais” (VERGNHANINI, 2013, p. 7); iii) a abordagem intrassetorial, que entende desindustrialização como uma “mudança regressiva na composição interna na indústria” (VERGNHANINI, 2013, p. 9); iv) e a abordagem da restrição externa, que em si não trata sobre desindustrialização, mas analisa “os componentes da demanda agregada para compreender os efeitos da conjuntura (interna e externa) sobre a estrutura industrial” (VERGNHANINI, 2013, p. 11).

Ainda segundo Verghnanini (2013), a abordagem ortodoxa foca no tamanho absoluto da indústria e na produtividade do trabalho para determinar que não houve desindustrialização no período. Para tal, utilizam indicadores de “investimento, produtividade, produção, exportações e emprego na IT [indústria de transformação]” (VERGNHANINI, 2013, p. 6). A abordagem neodesenvolvimentista dá maior importância ao tamanho da indústria no valor adicionado e emprego totais e ao saldo da balança comercial, para determinar que há desindustrialização no período, muito por conta da doença holandesa (VERGNHANINI, 2013).

A abordagem intrassetorial irá se atentar à composição industrial, a partir da “composição do valor adicionado (I), conteúdo nacional (II), exportações e importações (III), emprego (IV) e produtividade (V)” (VERGNHANINI, 2013, p. 9), e indica que não é claro o suposto processo de desindustrialização no Brasil (VERGNHANINI, 2013). A abordagem da restrição externa dá ênfase a “variações no investimento e sua participação na demanda interna e a relação entre o quantum importado e o produzido [coeficiente de importações]”

(VERGNHANINI, 2013, p. 10), defendendo que a crescente fragilização externa brasileira a partir de 2006 não necessariamente tem a ver com desindustrialização, mas sim com um fator histórico-estrutural da economia brasileira, cujo investimento é atrelado a altas taxas de importações.

O debate entre ortodoxos e heterodoxos possui uma série de limites. Por um lado, a ortodoxia se preocupa com um livre mercado ideal que maximizaria o bem-estar da população, e deste modo a indústria é apenas mais um setor (ESPÓSITO, 2017b). A desindustrialização, portanto, é vista apenas em um viés numérico, ou seja, meramente queda da participação da indústria no PIB (ESPÓSITO, 2017b). Os ortodoxos, por se utilizarem de modelos feitos para um mundo ideal – que, se estão longe da realidade dos países centrais, dos países periféricos situam-se além do horizonte – não conseguem pensar em termos materiais a realidade da desindustrialização e perspectivas para superá-la (ESPÓSITO, 2017b).

Os heterodoxos, por sua vez, colocam a indústria em foco central para países periféricos e enunciam a importância da atuação do Estado para o “desenvolvimento” (ESPÓSITO, 2017b). No entanto, entendem que a desindustrialização possui origem na crise da dívida externa, de 1980, e na adoção do neoliberalismo, a partir dos anos 1990, e que, portanto, decorre, “em última instância, da perda de participação do Estado na economia com o avanço do neoliberalismo.” (ESPÓSITO, 2017b, p. 151). Como segue o autor:

O problema é que os heterodoxos desconsideram a relação necessária de condicionamento mútuo entre o processo de industrialização e a formação nacional. Os autores não concebem como condição *sine qua non* a superação da segregação interna e a ruptura da dependência externa para que o desenvolvimento industrial adquira solidez e para que esteja condizente com as necessidades e possibilidades materiais da nação. (ESPÓSITO, 2017b, p. 151).

Concordando-se com este posicionamento, tem-se que o debate aqui realizado pretendeu expor algumas das principais controvérsias sobre a problemática da desindustrialização no Brasil e que o problema fundamental de tal discussão deve ser considerar a industrialização como um meio para que a nação possa se afirmar enquanto autônoma. A desindustrialização, portanto, seria uma barreira colocada entre aquele meio e, logo, ao próprio desenvolvimento. Busca-se, agora, debater o processo brasileiro de desindustrialização, apresentando dados, interpretações e reflexões, a partir da perspectiva da formação nacional.



### 3.3. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: SOBRE AS RUPTURAS E O SOLAPAR

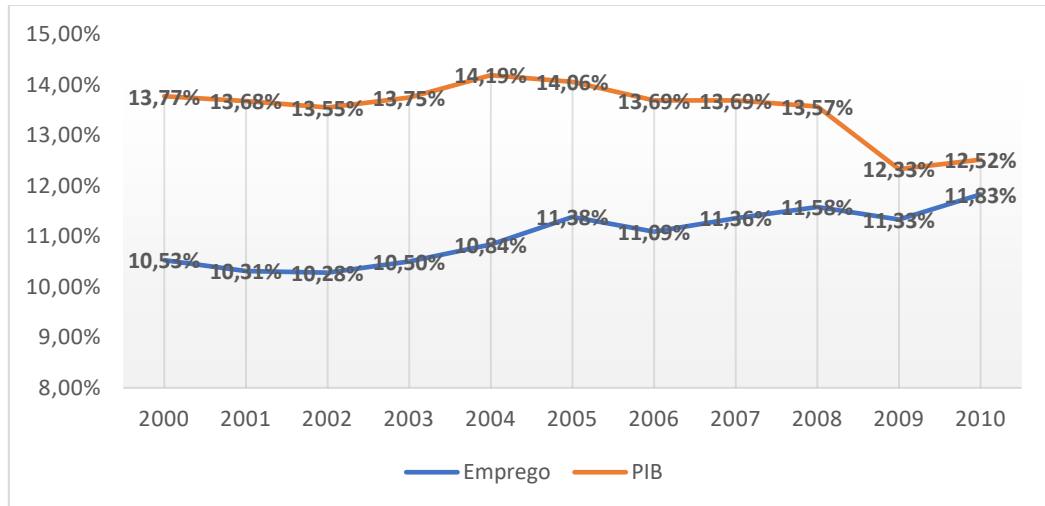
A desindustrialização será analisada, aqui, a partir da perspectiva da formação nacional, como já foi mencionado. Nesta perspectiva, a desindustrialização é caracterizada pela transferência do eixo dinâmico da economia para o setor externo, pelo desmantelamento dos centros nacionais de comando do processo industrial e pela desarticulação dos nexos que regem o setor industrial no país (ESPÓSITO, 2019).

As aberturas financeira e comercial realizadas nos governos Collor, Itamar Franco e FHC inseriram o Brasil na lógica neoliberal, levando a períodos de baixo crescimento com altas taxas de juros e maior inserção de capitais financeiros no país (ARAUJO; GENTIL, 2021a, 2021b; BASTOS; FERRAZ, 2021). Segundo dados da United Nations Industrial Development Organization (UNIDO), de 2016, em termos mundiais, em 1990, o Brasil possuía cerca de 2,2% da produção industrial mundial, em 2000 foi para 1,9% e, finalmente, em 2014, este valor caiu para 1,6% (ESPÓSITO, 2019). Uma primeira análise sobre o processo de desindustrialização que passava a se desenvolver no país pode ser encontrado caso observemos os índices tradicionais de desindustrialização, como a participação do emprego da indústria da transformação no emprego total e a participação do valor adicionado da indústria da transformação no PIB; aqui, pode-se questionar a existência do processo de desindustrialização entre 2000 e 2010. O gráfico 3.1 mostra estes dados.

Nele, é possível enxergar que apesar de em 2010 o valor adicionado industrial no PIB ser bastante menor que em 2000, nos anos 2003 a 2004 cresceu a participação deste setor; a partir de então, há quedas sensíveis até, em 2008, alcançar 13,57%, nível similar ao de 2000. Então, há queda brusca no índice, provavelmente por conta da crise dos *subprime*, nos EUA, no final de 2008. No entanto, ao se observar a relação do emprego industrial na ocupação total, vê-se o movimento inverso, ou seja, uma tendência de crescimento da participação do emprego industrial no total a partir de 2002.

Se adotássemos a perspectiva ortodoxa, seria possível pensar em pequenos sinais de desindustrialização a partir do menor valor industrial adicionado, mas nada conclusivo e, possivelmente, apenas um movimento de adequação da estrutura produtiva brasileira aos seus fatores disponíveis; em uma visão heterodoxa, a tendência do emprego industrial seria um contra-argumento para aqueles que defendem a existência de desindustrialização, visto que ele cresce no período analisado, mas o próprio valor industrial adicionado no PIB deixaria em voga a possibilidade da desindustrialização precoce.

**Gráfico 3.1. Participação da indústria de transformação no emprego e valor adicionado totais, 2000 a 2010**



Fonte: Vergnhanini & Onoda (2022, p. 15).

Na continuidade da análise dos indicadores mais comuns de desindustrialização, as tabelas 3.3 e 3.4 podem ser elucidativas ao comparar um índice de valor real adicionado dos diferentes setores em relação ao PIB; no ano de 2000, o índice é de 100. Pode-se enxergar, na tabela 3.3 que há um descompasso entre o índice da indústria de transformação e do PIB, enquanto que o índice do setor de mineração cresce a passos largos. A tabela 3.4 corrobora a tabela 3.3, no sentido de a taxa de crescimento do PIB da indústria de transformação sempre estar abaixo da taxa de crescimento do PIB total e, principalmente, do PIB de serviços. Estas tabelas, por si só, evidenciam pistas sobre a existência da desindustrialização no país, mas ainda não são o suficiente.

**Tabela 3.3. Índice de valor adicionado de diferentes setores**

<i>Ano</i>	<i>Valor adicionado real índice</i>			
	<i>PIB</i>	<i>Agropecuária</i>	<i>Mineração</i>	<i>Ind. Transformação</i>
2002	100	100	100	100
2004	106,9	108,3	109,2	110,5
2006	114,7	113,8	124,6	112,9
2008	127,9	126,6	133,7	122,8
2010	136,6	128,8	153	123,6

Fonte: Gonçalves (2011, p. 3)

**Tabela 3.4. Taxas de crescimento do PIB total e setorial (%)**

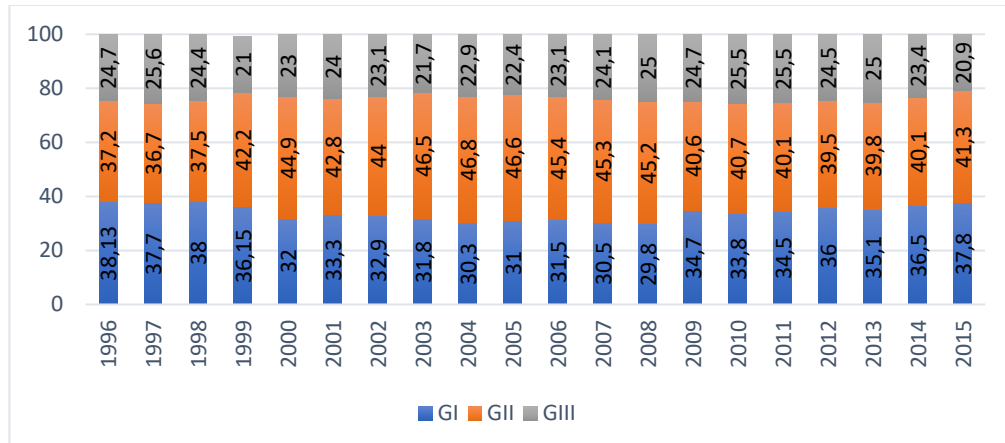
<i>Período</i>	<i>1989-2001</i>	<i>2001-2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2006-2010</i>	<i>2011</i>
<i>PIB total</i>	2,2	3,0	6,0	5,2	-0,3	7,5	4,6	2,7
<i>PIB Agrícola</i>	3,8	3,9	4,8	6,3	-3,1	6,3	3,5	3,9
<i>PIB Industrial</i>	1,4	3,2	5,3	4,1	-5,6	10,4	3,4	1,6
<i>PIB Indústria da Transformação</i>	1,4	2,8	5,6	3,0	-8,7	10,1	2,3	0,1
<i>PIB serviços</i>	2,4	3,2	6,1	4,9	2,1	5,5	4,6	2,7

Fonte: Cano (2012, p. 7)

Espósito (2019) procura entender a desindustrialização a partir da perspectiva da formação nacional e vai além dos estimadores e indicadores usuais. Desta forma, tenta comprovar a existência deste processo no Brasil. Assim realiza uma análise setorial a partir da distribuição do Valor da Transformação Industrial<sup>26</sup> (VTI) por categoria de uso, onde GI se refere a bens de consumo não duráveis, GII é composto por bens intermediários e GIII é o setor de bens de consumo duráveis e de produção.

<sup>26</sup> “[...] proxy do conceito de Valor Adicionado e reflete a soma daquilo que cada etapa agregou ao produto ao longo do processo de produção. O VTI é obtido através da diferença entre o VBPI (Valor Bruto da Produção Industrial) e o COI (Custo das Operações Industriais)” (ESPÓSITO, 2019, p. 171).

**Gráfico 3.2. Distribuição do VTI da Indústria de Transformação por Categoria de Uso (%)**



Fonte: Espósito (2019, p. 173)

O gráfico 3.2 nos mostra como se deu a participação relativa das diferentes categorias de uso, em termos de VTI, na indústria. Vemos que a categoria com maior participação é GII, isto é, o grupo de bens de consumo duráveis. Uma explicação para isso é a importante participação que a Petrobras, empresa petrolífera brasileira de capital misto, tem na atividade industrial do país a partir da extração e, no caso da IT, do refinamento – apesar de o Brasil não ser autossuficiente no refino. Enxerga-se, ainda, que a segunda categoria com maior participação relativa ao longo do período é o GI, ou seja, os bens de consumo não-duráveis e com menor intensidade tecnológica. Por último, temos a categoria GIII – bens de consumo duráveis e de capital. O movimento que pode se enxergar no período analisado é uma relativa estagnação relativa de GI, e um aumento de GII em prol do GIII – uma exceção é o período 2007-2010, período no qual foi implementado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>27</sup>. Setorialmente, portanto, pode-se perceber uma diminuição da produção de bens de capital, setor vital para o dinamismo do setor industrial.

Mas, intrasetorialmente, mesmo dentro de GIII, temos atividades bastante heterogêneas, desde “máquinas e equipamentos”, “máquinas e aparelhos elétricos” e “outros equipamentos de transporte”, que se mantiveram constantes no governo Lula; passando por “equipamentos de informática”, que tiveram queda; chegando a “manutenção, reparação e

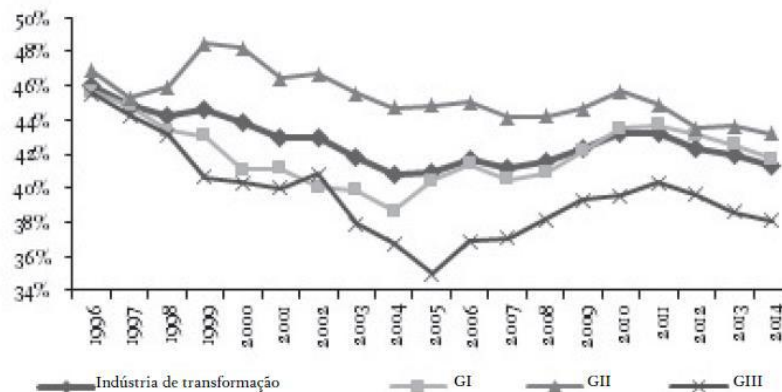
<sup>27</sup> Para uma visão crítica do PAC, ver Sampaio Jr (2017, p. 93): “[...] o PAC propõe o impossível: superar a estagnação aprofundando o padrão de acumulação responsável pela paralisia da economia brasileira. Para tanto, recomenda mais negócios para o capital, mais arrocho para os trabalhadores. A terapia proposta é curiosa: trata-se, como já dizia Florestan Fernandes, de curar a raiva mordendo o rabo do cachorro louco”.

instalação de máquinas e equipamentos” e “veículos automotores”, que tiveram desempenho positivo no período (ESPÓSITO, 2019). Nota-se, aqui, que os setores de fato produtores de bens de capital – “máquinas e equipamentos” e “máquinas e aparelhos elétricos” – não cresceram, enquanto o setor que corresponde à indústria da tecnologia – equipamentos de informática – teve queda. Os setores que cresceram são aqueles destinados à manutenção – portanto, não produzem bens de capital – e o automotivo, historicamente forte no país (ESPÓSITO, 2019).

Outro gráfico interessante de ser analisado é o gráfico 3.3, aonde se expressa a relação VTI/VBPI, onde “o VBPI representa a soma das vendas de produtos e serviços industriais (receita líquida industrial), com a variação de estoques de produtos acabados e em elaboração, e a produção própria realizada para o ativo permanente”; deste modo, “quanto menor o VTI em relação ao VBPI, menor é o adensamento da cadeia produtiva e, portanto, menor o conteúdo industrial na produção interna” (ESPÓSITO, 2019, p. 176). Em outras palavras, analisou-se a articulação do sistema industrial a partir da verificação do quanto de fato o setor industrial agregou ao produto final (ESPÓSITO, 2019). Uma queda desta medida indica que se comprou mais os meios de produção necessários para o processo fora do setor industrial brasileiro (ESPÓSITO, 2019).

A partir deste gráfico (3.3), enxerga-se que a parcela do valor adicionado pela indústria nacional teve importante queda, onde em 1996 o valor era de 46,06%, e em 2015 foi para 41,47%. (ESPÓSITO, 2019). A partir do ano de 2003, onde começa o primeiro governo Lula, pode-se ver certa recuperação do indicador, mas não volta a alcançar os resultados no início da série, e já a partir de 2010, primeiro governo Dilma, o índice volta a cair (ESPÓSITO, 2019).

**Gráfico 3.3. VTI/VBPI da Indústria de Transformação por categoria de uso**



Fonte: Espósito (2017a, p. 178).

Aqui, portanto, é possível enxergar indícios da desindustrialização brasileira, resultado da desarticulação do sistema industrial nacional, com movimentos de desnacionalização e menor adensamento da cadeia produtiva. Corrobora, com isso, o fato de que a queda do VTI/VBPI na indústria de transformação global foi fortemente influenciada pela queda do índice na categoria GIII, de bens de consumo duráveis e de capital, especialmente no segmento de máquinas e equipamentos de informática (ESPÓSITO, 2019); esses fatores indicam intensificação da dependência externa, em perspectiva tecnológica e produtiva.

A tabela 3.5 fornece dados adicionais sobre este desnacionalização, onde se verifica que aumentou a razão das remessas de lucro para o exterior sobre o PIB, e que a maior parte das vendas, dentro das 500 maiores empresas brasileiras, ocorrem em empresas de propriedade estrangeira; assim, a desnacionalização reforça a desindustrialização e a reprimarização (GONÇALVES, 2011).

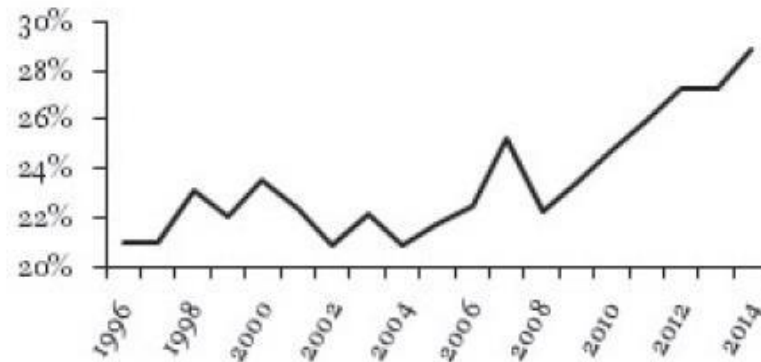
**Tabela 3.5. Indicadores de desnacionalização, 2002-2010**

	<i>Remessas de lucro / PIB</i>	<i>Distribuição em % das vendas das 500 maiores empresas do Brasil, excluindo Petrobras, Vale e BR Distribuidora, segundo origem de propriedade</i>			
		Estatal	Estrangeira	Privada nacional	Total
2002	1,9	8,9	47,8	43,3	100
2004	1,7	8,4	48,1	43,4	100
2006	1,8	8,2	48,4	43,4	100
2008	2,0	8,3	48,5	43,2	100
2010	2,1	8,6	48,5	42,8	100

Fonte: Gonçalves (2011, p. 7)

Corroborando com a tese da desarticulação da indústria brasileira e acentuamento da dependência, o gráfico 3.4 demonstra a trajetória do coeficiente de insumos industriais importados na indústria de transformação a preços correntes. O aumento deste coeficiente “reforça a existência de um processo de ruptura entre os nexos da cadeia produtiva brasileira” (ESPÓSITO, 2019, p. 179). Internamente, o setor de farmoquímicos e farmacêuticos atingiram 46,9%; equipamentos de informática alcançaram 51,8%; e máquinas e equipamentos atingiram 25,1% de insumos importados em 2014 (ESPÓSITO, 2019).

**Gráfico 3.4. Coeficiente de insumos industriais importados na indústria de transformação a preços correntes**



Fonte: Espósito (2017a, p. 180).

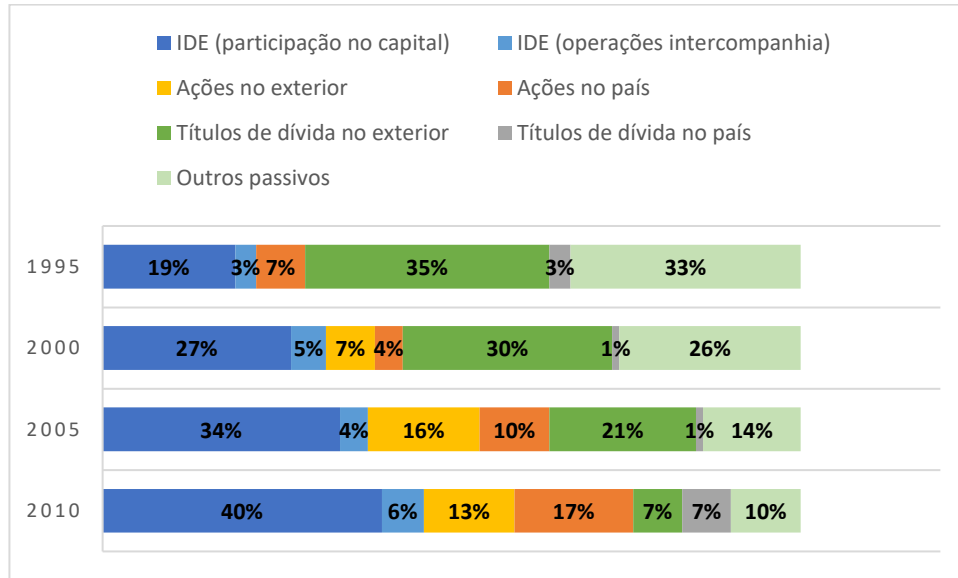
Uma análise conjunta dos gráficos do coeficiente de insumos importados e da relação VTI/VBPI demonstra uma queda do adensamento das cadeias produtivas a partir de uma maior dependência externa perante importações de insumos; é, nesse sentido, a erosão da integração do sistema nacional industrial, vital para o completamento e manutenção da industrialização (ESPÓSITO, 2019; FURTADO, 1974; HADLER, 2009). A análise da tabela 3.5 reforça a tese da desnacionalização, onde as empresas estrangeiras ganharam espaço no Brasil ao longo do governo Lula, vetor para esta desarticulação dos nexos econômicos internos.

Segundo Espósito (2017a), o passivo externo do Brasil aumentou na década de 2000, e com isso, alguns fatos interessantes podem ser observados. A partir do que está demonstrado no gráfico 3.5, que representa a composição do passivo externo brasileiro nos anos de 1995, 2000, 2005 e 2010, vemos o aumento dos IDEs na composição do passivo, o que parece indicar na direção de maior participação estrangeira na economia brasileira ou, em outras palavras, mais indícios de desnacionalização, o que se traduz na desarticulação do sistema econômico nacional.

Outro dado que daqui pode ser extraído é o aumento do estoque de investimentos em carteira, que é composto pelos títulos de dívida (no exterior e no país) e pelas ações (no exterior e no país). Aqui, enxerga-se que o estoque do investimento estrangeiro em ações cresce no período, passando de 7% em 1995 para cerca 30% do passivo externo em 2010, o que parece indicar maior penetração de um capital volátil e de curto prazo no país. Já o estoque do investimento estrangeiro em dívida pública diminuiu brutalmente (MACHADO, 2019). Isso pode ser explicado pela queda nas taxas de juros no país a partir dos anos 2000. O movimento

deste período, portanto, favoreceu o aumento da vulnerabilidade e da dependência externas (MACHADO, 2019).

**Gráfico 3.5. Distribuição do passivo externo brasileiro**



Fonte: Machado (2019, p. 246)

Integrando as análises do setor industrial interno e do setor externo, pode-se inferir uma ligação entre seus comportamentos. O processo de liberalização, mais tímido no governo Sarney, e que passa a ser intensificado nos governos Collor, Itamar Franco e FHC, contribuiu para uma a desnacionalização do parque produtivo brasileiro e, deste modo, para desintegrar os nexos que articulavam o sistema industrial. Fica claro, ainda, que os governos Lula e Dilma também tiveram responsabilidade no processo do desmonte na indústria do país e pelo aumento da vulnerabilidade e dependência externas do país, como no caso da conformação de uma vocação agrário-exportadora do país a partir do *boom* das *commodities* que se pronunciou na década de 2000 (HENRIQUES, 2019).

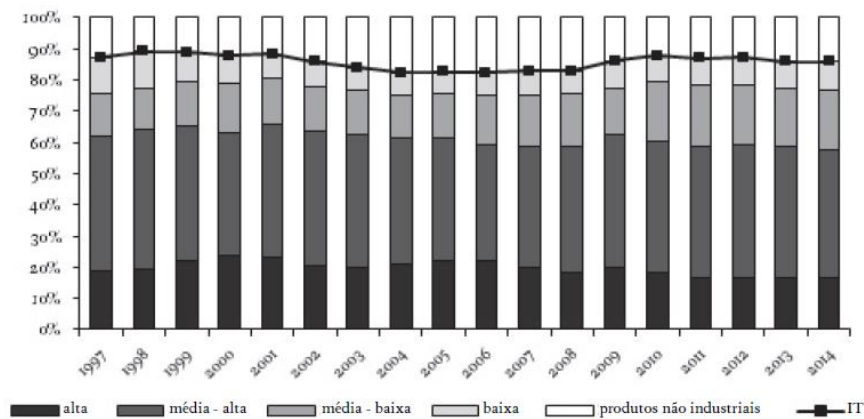
O capital externo, por outro lado, aproveitou-se da maior vulnerabilidade que o Brasil se encontrava e penetrou com mais força no país a partir da abertura financeira, tomando o controle de pontos chave do setor industrial brasileiro, como foi o caso da privatização da Vale do Rio Doce, em 1997, ou o fim do monopólio da Petrobras, decretado no mesmo ano, sobre a exploração, produção, refino e transporte de petróleo no país, o que configurava, a partir de



então, a empresa enquanto de capital misto<sup>28</sup>. Pode-se pensar, na verdade, que esta é uma nova forma de dominação e dependência, visto que ao longo do século, mesmo que o espaço de produção se detivesse em termos nacionais, o processo de acumulação já era transnacionalizado. (SAMPAIO JR, 1999b). A dupla articulação, portanto, não é rompida – na verdade, é impulsionada.

Pensando em produção interna e setor externo, não se pode ainda esquecer das pautas exportadora e importadora do país. O gráfico 3.4 indica um aumento da dependência via maior coeficiente de importação na indústria brasileira, mas ele é insuficiente em perspectiva global. Se, no período 1991-2002, as importações corresponderam a 9,86% do PIB em média anualmente, no período 2003-2013 o valor correspondeu a 12,5% do PIB (ESPÓSITO, 2017a). As exportações também aumentaram, onde em 1991-2002 se encontravam em 9,4% do PIB, e no período 2003-2013 chegou a 13,35% do PIB (ESPÓSITO, 2017a) – impulsionado pelo *boom* das *commodities*.

**Gráfico 3.6. Participação dos tipos de produtos na pauta exportadora brasileira**



Fonte: Espósito (2017a, p. 137)

A reprimarização da pauta exportadora, aliada à desindustrialização, é um fator importante para o processo de reversão neocolonial no Brasil. Assim, segundo o gráfico 3.6, se em 1997 em média 20% da pauta exportadora brasileira estava enquadrada na categoria de mercadorias da indústria da transformação com alta intensidade tecnológica, a tendência foi de clara redução deste percentual. Por outro lado, os produtos de média-baixa intensidade

<sup>28</sup> Os males deste processo podem ser vistos atualmente com o aumento exponencial dos preços dos combustíveis a partir da junção entre a guerra na Ucrânia, a Paridade de Preços de Importação (PPI) da Petrobras e a alta taxa de câmbio, o que rebate diretamente na inflação via custos de produção.

tecnológica tiveram tendência de crescimento, juntamente aos produtos não industriais. Indica-se, assim, deterioração da pauta exportadora brasileira.

Cano (2012) analisa a pauta exportadora do Brasil para a China, país este que teve enorme surto de crescimento desde os anos 1990. A tabela 3.6 demonstra uma mudança brusca nas exportações brasileiras para a China: se, em 1990, 80,5% das exportações brasileiras para a China eram referentes a produtos industriais – com 30,4% da indústria de recursos naturais, ou seja, 46,5% referentes à indústria de transformação – *versus* 19,5% de produtos primários exportados, essa lógica se inverte em 2008, quando 77,5% das exportações brasileiras para a China correspondem a produtos primários, e os produtos industriais somam 22,5% - com a indústria de recursos naturais correspondendo a 12,2% e, portanto, a indústria de transformação equivalendo a aproximadamente 10,2% da pauta exportadora.

**Tabela 3.6. Pauta exportadora brasileira para a China (%)**

<i>Produtos</i>	<i>1990</i>	<i>2000</i>	<i>2008</i>
<i>Primários</i>	19,5	67,9	77,5
<i>Industriais</i>	80,5	32,5	22,5
- <i>Recursos naturais</i>	34,0	13,4	12,2
- <i>Baixa intensidade</i>	17,3	4,5	2,6
- <i>Média intensidade</i>	28,9	9,0	5,5
- <i>Alta intensidade</i>	0,3	5,1	2,1
- <i>Outros</i>	-	0,1	0,1

Fonte: Cano (2012, p. 12)

Certamente, os dados aqui apresentados não esgotam a temática da desindustrialização. No entanto, acreditamos ter demonstrado a existência deste processo e que, ao lado da reprimarização da pauta exportadora e da desnacionalização da economia brasileira –processos estes que se reforçam dialeticamente –, guiam o processo de reversão estrutural e neocolonial que o país vive. Buscamos mostrar, assim, a forma como se deu a desindustrialização no país, o que é intimamente ligado à intensificação da dependência externa. O eixo dinâmico da economia passa a se exteriorizar, ou seja, a partir da inserção nas CGV, o momento da acumulação em espaço estrangeiro marcadamente repudia os espaços nacionais, em especial os periféricos. A reinserção no mercado capitalista mundial, quando este realiza o processo de

reestruturação produtiva, parece nos legar um projeto agrário-exportador, e deste modo a dupla articulação da economia brasileira não se rompe, mas se intensifica (HENRIQUES, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou retomar objetivamente o contexto histórico de inserção do neoliberalismo no país, de forma a situar o início do processo de desindustrialização. Os debates com outras vertentes de pensamento sobre a problemática da discussão fazem parte da abordagem das controvérsias, de forma a apontar os principais eixos teóricos e inconsistências. Acreditamos que a perspectiva da formação nacional consegue abranger de fato o que é a desindustrialização, pois não analisa apenas em função de números, mas sim entende estes como índices ou evidências, ou a manifestação deste fenômeno, sua forma. Seu conteúdo, seguindo o método marxista, é mais complexo, e deve ser buscado historicamente.

Entende-se, assim, que há desindustrialização no país, e que esta não se apresenta apenas na diminuição de valores adicionados da indústria ou de ocupação da indústria frente ao total, mas sim na a) desarticulação dos nexos de integração sistema industrial brasileiro a partir de processos de privatização e desnacionalização; b) transferência do setor interno para o setor externo como eixo dinâmico da economia, a partir da inserção do Brasil no contexto das CGV e de reestruturação produtiva; e c) os mecanismos de comando por parte do Estado sobre a economia são sistematicamente solapados com a ideologia neoliberal, no sentido de desmonte do Estado com os processos de privatização, com a retomada das teorias advindas das vantagens comparativas e com a intensificação do pensamento monetarista sobre a teoria econômica como um todo. Deste modo, os três eixos da industrialização são sumariamente atacados e erodidos, e a desindustrialização, que existia enquanto potência, surge como efetividade, dentro de um movimento de reversão neocolonial no país. Se, no século XX, a difusão do progresso técnico não se encaminhava para o trabalho, gerando concentração de renda, no século XXI destrói-se as bases para o próprio progresso técnico – e, conjuntamente à associação da burguesia interna com o capital financeiro internacional, intensifica-se a concentração de renda, a desigualdade e a pobreza no país.

## CONCLUSÃO OU CONTINUIDADE?

Este trabalho buscou, sem pretender exaurir o tema, entender objetivamente o processo de desindustrialização no Brasil. Deste modo, seguindo o método marxista, viu-se a necessidade de buscar as suas origens na história brasileira, isto é, no seu processo de industrialização a partir da condição do Brasil enquanto país dependente e periférico. Para tanto, utilizou-se da perspectiva da formação nacional, que a partir das contribuições de Plínio Sampaio Jr, João Hadler, Maurício Espósito, Celso Furtado, Caio Prado Jr e Florestan Fernandes, por exemplo, entende a necessidade de se perceber a história brasileira enquanto condicionante do presente e do futuro da nação.

Este trabalho tinha como objetivos específicos a) determinar o papel da ideologia do desenvolvimento nacional (e do desenvolvimentismo) do século XX no processo de industrialização e, assim, no processo de desindustrialização; b) averiguar a possibilidade histórica de uma industrialização que levasse ao “desenvolvimento”; e c) compreender o debate acerca da desindustrialização na economia brasileira e sua influência no projeto de desenvolvimento neoliberal.

Em primeiro lugar, pode-se entender que a ideologia do desenvolvimento – e a forma como tomou no Brasil, a ideologia do desenvolvimentismo – foram fundamentais na consolidação do processo de industrialização brasileira. A perspectiva de convergência que se colocava, entendendo o subdesenvolvimento enquanto etapa para o desenvolvimento, e a justificativa ideológica para a utilização acrítica do endividamento externo enquanto forma de financiamento foram fundamentais para a continuidade da industrialização no país, desde a ISI até o período civil-militar, onde buscou-se finalizar a industrialização pesada. O saldo do período foi, além de um notório processo de industrialização – dependente, conforme argumentamos –, a intensificação da dependência e da vulnerabilidade externas, sem nem sonhar em superar a dupla articulação brasileira.

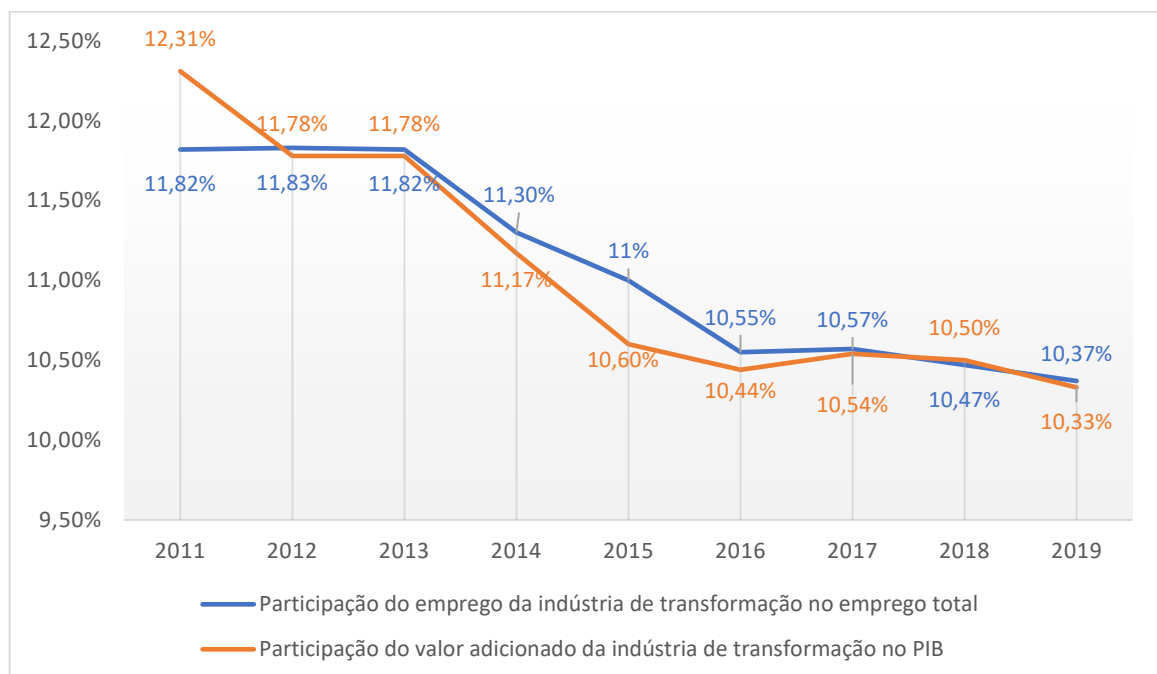
Em segundo lugar, a possibilidade histórica de alcançar o “desenvolvimento” através da industrialização se mostrou falsa. Na medida em que a industrialização se efetivava enquanto dependente, ou seja, baseada na modernização dos padrões de consumo, sem possuir a difusão necessária do progresso técnico e concentrando no capital os ganhos da produtividade do trabalho, foi uma industrialização concentradora de renda e, portanto, estreitava o mercado interno que, ao mesmo tempo que crescia, era limitado.

Simultaneamente, o sistema econômico nacional não poderia se realizar plenamente dado o próprio caráter concentrador do modelo econômico adotado. Com a entrada nos anos

1970, as sucessivas crises passam por solapar a capacidade do Estado brasileiro de controlar seu presente e seu futuro, e o neoliberalismo surge na década de 1980 para iniciar a falência do Estado desenvolvimentista e, por sua vez, o início do desmonte do Estado brasileiro. Os governos de Itamar Franco e FHC concretizam o que se iniciou no governo de José Sarney. A reversão estrutural e neocolonial, portanto, existe, ao longo de todo este período enquanto potência na formação do sistema econômico e industrial dependente brasileiro, e se realiza a partir dos anos 1990 com a forte guinada neoliberal que começara na década anterior.

Por fim, é possível avaliar o impacto da desindustrialização na economia brasileira. Os dados apresentados no trabalho evidenciam que o setor que mais cresceu foi o de mineração e o de serviços em prol da indústria. Além disso, o processo de desnacionalização enfraquece as capacidades da economia brasileira de interiorizar a dinamicidade do sistema. A pauta exportadora passa a se reprimarizar, principalmente com a ascensão chinesa. Se na década de 2000, com o *boom* das *commodities*, isso pareceu uma benção, na década seguinte isso se mostrou uma maldição, parafraseando Henriques (2019).

**Gráfico 4.1. Participação da indústria de transformação no emprego e valor adicionado totais, 2011 a 2019**



Fonte: Vergnhanini & Onoda (2022, p. 18)

A queda pronunciada da participação do emprego e do valor adicionado da indústria da transformação relativos são fortes indícios de que a tendência à desindustrialização continua, e de fato se intensificou. Além da questão da dependência, que é acentuada com a

desindustrialização, a questão social é patente: a queda da qualidade dos empregos e do poder de compra dos salários está intimamente ligada à transição do mercado de trabalho para o setor de serviços. Este setor, no entanto, é extremamente precarizado no Brasil, onde a maior parte de seus trabalhadores está na informalidade, o que configura o fenômeno da uberização (ABÍLIO, 2020; ANTUNES, 2020; MATTOS, 2019). Outra consequência da desindustrialização, não explorada neste trabalho, é o reforço que ela dá a uma tendência histórica brasileira: a permanência de um elevado nível de subemprego, como discutido em Zullo (2019).

Do debate acima exposto, abrem-se a portas para novas agendas de pesquisa. A Lava Jato, operação dita anticorrupção, flagrou o sistema econômico nacional e ajudou a desmontar o parque industrial brasileiro, incluindo a Petrobras (PINTO et al., 2019). Apesar de, como se procurou demonstrar aqui, os governos petistas terem intensificado o processo de dependência, desnacionalização e dependência externa, o golpe jurídico-parlamentar de 2015 que retirou a então Presidente da República, Dilma Rousseff, foi ancorado pela operação Lava Jato, que teve forte influência nos resultados econômicos negativos que veio a se ter a partir de 2014 (PINTO et al., 2019).

A economia brasileira se contrai em 2014, e em 2015 entra em crise, da qual até hoje podemos ver as suas perversas consequências, como o aumento do número de desempregados (PINTO et al., 2019). No governo de Jair Bolsonaro, com a continuidade das políticas neoliberais que se acentuam no governo de Michel Temer – reforma trabalhista e PEC do Teto de Gastos –, tem-se a reforma da Previdência e a continuidade da austeridade. As consequências sociais são extremamente profundas, como por exemplo na questão da fome: tem-se, no Brasil, 33 milhões de pessoas com fome – ou seja, sem perspectiva de se nutrir adequadamente –, e 58,7% da população brasileira vive com algum nível de insegurança alimentar – cerca de 125 milhões de pessoas (REDE PENSSAN, 2022).

Percebe-se, ainda dentro do escopo da desindustrialização, um dismantelamento sistemático da Petrobras, com a média anual rentabilidade sobre o patrimônio líquido da empresa saindo de 18,4% no quadriênio 2007-10, para 4% no quadriênio 2011-14 (PINTO et al., 2019). Principalmente desde 2019, início do governo de Jair Bolsonaro, a empresa se desfaz de importantes ativos, como a Refinaria de Mataripe, localizada na Bahia, que hoje é propriedade do grupo Mubdala, fundo soberano emiradense, e a BR Distribuidora – cujo nome hoje é Vibra Energia –, que desde 2019 até 2021 sofre um sistemático processo de privatização, e já hoje totalmente entregue ao capital.

A Petrobras possui, desde o governo Temer, uma gestão praticamente privada – e privatista da empresa, onde as políticas internas e de preço se voltam para a obtenção de lucros e distribuição de dividendos, apesar de o governo federal ser o acionista majoritário da empresa (SILVA, 2022).

No primeiro semestre como um todo, segundo Pinto (2022b), a Petrobras distribuiu cerca de R\$ 136 bilhões de reais em dividendos para os acionistas. Por outro lado, a empresa está passando por um processo de perda de capital fixo, tanto pelo investimento líquido ser negativo, quanto pelo processo de desinvestimento da empresa (PINTO, 2022a), o que leva a um aumento da dependência e vulnerabilidade externa em termos de energia do Brasil – o que compõe o processo de desindustrialização ao lado da desnacionalização.

Os períodos recentes da economia brasileira não se mostram muito favoráveis. Os resultados econômicos e sociais que hoje vemos são resultado direto destes processos – principalmente da desindustrialização –, que por sua vez se relacionam rigorosamente com a forma de inserção do Brasil no capitalismo global e sua forma de industrialização dependente, com a forma de desenvolvimento capitalista – ontologicamente falando – no Brasil. Existe hoje, no Brasil, a continuidade da dependência, da reversão neocolonial e da desindustrialização. A superação deste quadro de dependência não parece estar no horizonte, ao menos quando se realiza a crítica em sua forma positiva, ou seja, sem pensar além da formação social em que se está inserido. A crítica negativa, aquela que pode ir além do capital, por sua vez, é capaz de entrever uma perspectiva de futuro do Brasil enquanto nação, ao invés da continuidade da barbárie.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, Ludmila. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. *In*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2020.
- ABREU, Marcelo. Crise, crescimento e modernização autoritária, 1930-1945. *In*: ABREU, Marcelo. (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2021.
- ALVES-PASSONI, Patieene. **Deindustrialisation and regressive specialization in the brazilian economy between 2000 and 2014: a critical assessment based on the input-output analysis**. Tese de Doutorado—Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. *In*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2020.
- ARAUJO, Vitor Leonardo. A macroeconomia do governo Costa e Silva (1967-1969). *In*: ARAUJO, Vitor Leonardo; MATTOS, Fernando. (Orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2021a.
- ARAUJO, Vitor Leonardo. A macroeconomia do governo Médici (1969 - 1974): uma contribuição ao debate sobre as causas do “milagre” econômico. *In*: ARAUJO, Vitor Leonardo; MATTOS, Fernando. (Orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2021b.
- ARAUJO, Vitor Leonardo.; GENTIL, Denise. O primeiro governo FHC (1995-1998): o neoliberalismo escancarado. *In*: ARAUJO, Vitor Leonardo; MATTOS, Fernando (Orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2021a.
- ARAUJO, Vitor Leonardo; GENTIL, Denise. O segundo governo FHC: consolidação e crise do projeto neoliberal. *In*: ARAUJO, Vitor Leonardo; MATTOS, Fernando (Orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2021b.
- BACHA, Edmar. Bonança externa e desindustrialização: uma análise do período 2005-2011. *In*: BACHA, Edmar; BOLLE, Mônica. (Orgs.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013.
- BAMBIRRA, Vânia. **Teoria de la dependencia: una anticritica**. México: Era, 1978.
- BASTOS, Carlos; COSTA, Pedro. O período JK e o Plano de Metas. *In*: ARAUJO, Vitor Leonardo.; MATTOS, Fernando (Orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2021.
- BASTOS, Carlos.; FERRAZ, Fernando. A economia brasileira na primeira metade dos anos 1990: inflação, mudança estrutural e estabilização. *In*: ARAUJO, Vitor Leonardo; MATTOS, Fernando (Orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2021.



BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. *In*: CCGE (Org). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. Brasília: CCGE, 2013. v. 1.

BONELLI, Regis; PESSOA, Samuel.; MATOS, Silvia. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretações. *In*: BACHA, Edmar.; BOLLE, Mônica. (orgs.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BONENTE, Bianca. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 3, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. Carlos.; MARCONI, Nelson. Existe doença holandesa no Brasil? *In*: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.) **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2010.

CAMPOS, Fábio. Industrialização brasileira e Instrução 113 da SUMOC. **América Latina en la historia económica**, v. 24, n. 2, p. 93–124, ago. 2017.

CAMPOS, Fábio. Apresentação: da autora da revolução brasileira às trevas da contrarrevolução. *In*: CAMPOS, Fábio (Org.). **Introdução à formação econômica do Brasil: herança colônia, industrialização dependente e reversão neocolonial**. 2. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020a.

CAMPOS, Fábio. Imperialismo e herança mercantil na industrialização brasileira. *In*: CAMPOS, Fábio (Org.). **Introdução à formação econômica do Brasil: herança colônia, industrialização dependente e reversão neocolonial**. 2. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020b.

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. número especial, p. 831–851, dez. 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1984.

CARNEIRO NETTO, Dionísio.; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno, 1980-1984. *In*: ABREU, Marcelo (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2014.

CASTRO, Antônio Barros. Brasil: o desenvolvimento renegado. Em: CASTRO, Ana Célia; CASTRO, Lavínia (Orgs.). **Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico: relexões de Antônio Barros de Castro sobre o Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012a.

CASTRO, Antônio Barros. A hipótese do crescimento rápido. Novos argumentos. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, p. 3–20, mar. 2012b.

CASTRO, Lavínia. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985-1989). Em: GIAMBIAGI, Fábio. et al. (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? **Novos Rumos, Marília**, v. 49, n. 1, jun. 2012.

CURTY, Carla; MALTA, Maria. Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. *In*: MALTA, Maria; LÉON, Jaime; BORJA, Bruno (Orgs.). **Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução**. Rio de Janeiro, RJ: Morula Editorial, 2022.

ESPÓSITO, Maurício. **A importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira: da industrialização à desindustrialização**. Dissertação de Mestrado—Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2016.

ESPÓSITO, Maurício. Desindustrialização no Brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 46, p. 120–148, abr. 2017a.

ESPÓSITO, Maurício. Os limites do debate teórico sobre desindustrialização no Brasil: uma crítica a partir da perspectiva da formação nacional. **Revista Econômica**, v. 19, n. 1, p. 131–158, jun. 2017b.

ESPÓSITO, Maurício. Desindustrialização no Brasil: a contrapartida da industrialização dependente. *In*: PEREIRA, Leandro; ESPÓSITO, Maurício; LUBLINER, Theo (Orgs.). **A marcha do Curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial os governos Lula e Dilma**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2019.

FAJNZYLBBER, Fernando. Industrialização na América Latina: da “caixa preta” ao “conjunto vazio”. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos do pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2000. v. 2.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 6. ed. São Paulo, SP: Contracorrente, 2020.

FERREIRA, Luciana. A política econômica do governo Figueiredo, o endividamento externo e seus impactos macroeconômicos. *In*: ARAUJO, Vitor Leonardo; MATTOS, Fernando (Orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2021.

FONSECA, Pedro César. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisas & Debate**, v. 15, n. 2(26), p. 225–256, 2004.

FONSECA, Pedro César. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 1 (89), p. 133–148, mar. 2013.

FRANCA, Acson; CAMPOS, Fábio. A inegociável dependência externa no planejamento brasileiro: a atuação do capital internacional no Plano de Metas (1956-1961) e no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 63, p. 127–164, ago. 2022.

- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. Uma política para o desenvolvimento do Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**, v. 1, n. 1, p. 12–19, dez. 1981.
- FURTADO, Celso. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1982.
- FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. 3. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso. A Operação Nordeste. *In*: D'AGUIAR, Rosa. (Org.). **Essencial Celso Furtado**. 1. ed. São Paulo, SP: Penguin, 2013.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Nacional-desenvolvimentismo às avessas**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos - IPEA. **Anais...**Brasília: 2011.
- HADLER, João Pedro. **Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado**. Dissertação de Mestrado—Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- HADLER, João Pedro. A problemática do desenvolvimento brasileiro sob a perspectiva da formação nacional. Em: LUBLINER, Theo; ESPÓSITO, Maurício; PEREIRA, Leandro (Orgs.). **A marcha do curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2019.
- HADLER, João Pedro. **Dependência e superexploração: os limites do debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2022.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2014.
- HENRIQUES, Tatiana. A centralidade das commodities no Brasil entre 2003 e 2017: superação ou conformação da vocação primário-exportadora? Em: LUBLINER, Theo.; ESPÓSITO, Maurício.; PEREIRA, Leandro. (Orgs.). **A marcha do curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2019.
- HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico. *In*: GIAMBIAGI, Fábio et al (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea (1945 - 2004)**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2005.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Cultural, 1985.
- IANNI, Octávio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

LAZZARINI, Sérgio; JANK, Marcos; INOUE, Carlos. Commodities no Brasil: maldição ou bênção? Em: BACHA, Edmar; BOLLE, Mônica. (Orgs.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013.

LENIN, Vladimir. Imperialismo: fase superior do capitalismo. *In: V. I. Lenine: obras escolhidas*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. v. 1.

LEÓN, Jaime. **Resistência às mudanças sociais**: uma visão crítica da democracia brasileira. Tese de Doutorado—Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, Fernando. Dependência financeira e vulnerabilidade externa da economia brasileira (1980-2010). Em: LUBLINER, Theo; ESPÓSITO, Maurício; PEREIRA, Leandro. (Orgs.). **A marcha do curupira**: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 1. ed. México: Era, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

MATTOS, Fernando.; ALVARENGA JUNIOR, Marcio. O primeiro mandato de Vargas: esforço industrializante com política econômica heterodoxa num cenário externo convulsionado. *In: ARAÚJO, Vitor Leonardo; MATTOS, Fernando (Orgs.). A economia brasileira de Getúlio a Dilma*: novas interpretações. 1. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2021.

MATTOS, Marcelo. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

MEDEIROS, João Leonardo. **A Economia diante do horror econômico**: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 2013.

MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. 11. ed. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2009.

MESQUITA, Mário. Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1964. *In: ABREU, Marcelo. (Org.). A ordem do progresso*: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2021.

NASSIF, André; FEIJÓ, Carmen; ARAÚJO, Elieane. O debate sobre industrialização precoce no Brasil: estamos avançando ou regredindo em relação aos países desenvolvidos? *In: AZEVEDO, André Filipe; FEIJÓ, Carmen; CORONEL, Daniel (Orgs.). A desindustrialização brasileira*. 1. ed. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2013.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. v. 44

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira. **Revista NECAT**, n. 5, jun. 2014.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com desenvolvimento, 1956-1961. *In*: ABREU, Marcelo (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica republicana, 1889-1989**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

PALMA, José Gabriel. De-industrialisation, “premature” de-industrialisation and the dutch-disease. **Revista NECAT**, n. 5, jun. 2014.

PASTORE, Affonso Celso; FAZZANO, Marcelo; PINOTTI, Maria Cristina. Por que a produção industrial não cresce desde 2010? *In*: BACHA, Edmar; BOLLE, Mônica. (Orgs.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013.

PINTO, Eduardo; PINTO, José Paulo; SALUDJIAN, Alexis; NOGUEIRA, Isabela; SCHONERWALD, Carlos; BARUCO, Grasiela. A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Texto para Discussão 013 | 2019, IE-UFRJ**, 2019.

PINTO, Eduardo. Nova República (1985-1989): transição democrática, crise da dívida externa, inflação, luta pela apropriação da renda e fim do desenvolvimentismo. *In*: ARAUJO, Vitor Leonardo; MATTOS, Fernando. (Orgs.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. 1. ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2021.

PINTO, Eduardo. Preços elevados, PPI e Petrobras: há alternativas para reduzir os preços e aumentar os investimentos. **Texto para Discussão 010 | 2022, 2022a**.

PINTO, Eduardo. **A farra dos dividendos na Petrobrás: rentabilidade obscena para os acionistas. Com Ciência**, 12 set. 2022b. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/a-farrados-dividendos-na-petrobras-rentabilidade-obscena-para-os-acionistas/>>. Acesso em: 1 dez. 2022

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

PRADO, Fernando. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020.

PRADO JR, Caio. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6. ed. [s.l.] Brasiliense, 1981.

PRADO JR, Caio. **História e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2021.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico na América Latina e alguns de seus principais problemas. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2000. v. 1.

QUENTIN, David; CAMPLING, Liam. Global inequality chains: integrating mechanisms of value distribution into analyses of global production. **Global Networks**, v. 18, n. 1, p. 33–56, 2017.

REDE PENSSAN. **Inquérito nacional sobre segurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN**. São Paulo, SP: Rede Penssan, 2022.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma, 1964-1967. *In*: ABREU, Marceo (Org.), **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Atlas, 2021.

ROBERTS, Michael. **The wage price spiral refuted. The Next Recession**, 24 nov. 2022. Disponível em: <<https://thenextrecession.wordpress.com/2022/11/20/the-wage-price-spiral-refuted/>>. Acesso em: 25 nov. 2022

ROWTHORN, Robert; RAMASWAMY, Ramana. Growth, trade and deindustrialisation. **IMF Staff Papers**, v. 46, n. 1, 1999.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAES, Lécio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

SAMPAIO JR, Plínio. O impasse da “formação nacional”. *In*: FIORI, José Luis. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999a.

SAMPAIO JR, Plínio. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente**. 1. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999b.

SAMPAIO JR, Plínio. Capitalismo dependente e reversão neocolonial. **Memorial acadêmico**, v. 2, 2012.

SAMPAIO JR, Plínio. **A crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. 1. ed. São Paulo, SP: SG-Amarante, 2017.

SAMPAIO JR., Plínio. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Em: LUBLINER, Theo; ESPÓSITO, Maurício; PEREIRA, Leandro (Orgs.). **A marcha do curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma**. 1. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2019.

SAMPAIO JR, Plínio. Globalização e Reversão Neocolonial: o impasse brasileiro. *In*: CAMPOS, Fábio. (Org.). **Introdução à Formação Econômica do Brasil: herança colonial, industrialização dependente e reversão neocolonial**. 2. ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020.

SELWYN, Benjamin. Poverty chains and global capitalism. **Competition and Change**, v. 23, n. 1, p. 71–97, 2019.

SILVA, Ian José. **Apertem os cintos, os preços subiram: da inflação recente à Paridade de Preços de Importação**. **proBLEMA**tizes, 5 jul. 2022. Disponível em:

<<https://problematizes.org/2022/07/05/apertem-os-cintos-os-precos-subiram-da-inflacao-recente-a-paridade-de-precos-internacional-por-ian-gois/>>

SILVA, Ludovico. **Teoria y práctica de la ideología**. México: Editora Nuestro Tempo, 1979.

SOLOW, Robert. A contribution to the theory of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, 1956.

SONAGLIO, Claudia Maria. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. *In*: AZEVEDO, André Filipe.; FEIJÓ, Carmen; CORONEL, Daniel (Orgs.). **A desindustrialização brasileira**. 1. ed. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2013.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forum, 1974. v. 1

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 1.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. Em: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Orgs.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 2.

TREGENNA, Fiona; ANDREONI, Antonio. **Deindustrialisation reconsidered: structural shifts and sectoral heterogeneity**. Working Paper—Inglaterra: UCL Institute for Innovation and Public Purpose, 2020.

VERGNHANINI, Rodrigo. **O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000**. *In*: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Uberlândia, MG, 2013.

VERGNHANINI, Rodrigo.; ONODA, Suzana. **Desindustrialização brasileira no século XXI: introduzindo o papel da demanda agregada**. *In*: XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Uberlândia, MG, 2022.

ZULLO, Gustavo José. Subemprego estrutural no Brasil, 1980-2010. *In*: LUBLINER, Theo; ESPÓSITO, Maurício; PEREIRA, Leandro (Orgs.). **A marcha do curupira: o aprofundamento da reversão neocolonial nos governos Lula e Dilma**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lutas Anticapital, 2019.